RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2008

CPRH

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Eduardo Henrique Accioly Campos
Governador

Aristides Monteiro Neto
Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

Aloysio Costa Jr.
Secretário Executivo de Meio Ambiente

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - CPRH

Hélio Gurgel Cavalcanti
Diretor Presidente

Nelson José Maricevich Ramirez
Diretor Técnico Ambiental

Waldecy Ferreira Farias Filho
Diretor de Controle de Fontes Poluidoras

Maria Lúcia Ferreira da Costa Lima
Diretora de Recursos Florestais e Biodiversidade

Hélvio Polito Lopes Filho
Diretor de Gestão Territorial e Recursos Hídricos

Márcio Silveira de Azevedo
Ouvidor Ambiental

Maria Martha Cavalcanti Padilha
Chefe de Gabinete

Solange Mendonça
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Francicleide Palhano de Oliveira
Chefe do Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental

Adelmo Beltrão
Chefe do Núcleo de Avaliação de Impacto Ambiental

PARTICIPARAM DA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO

Ydigoras Ribeiro de Albuquerque
Coordenador de Gestão

Nilson Nigro Botelho Filho
Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicação

José Antônio Marques Delgado
Coordenador Técnico

João Antônio do Rego
Coordenador Jurídico

Fernando Cassé
Gerente da Unidade de Administração

Anísia Carmem de Santana
Gerente da Unidade de Execução Orçamentária e Financeira

Mônica Maria de Lucena Macêdo
Gerente da Unidade de Desenvolvimento Institucional

Nadnajna Maria Chaves
Gerente da Unidade de Relacionamento Institucional

Eudo Jatobá de Souza
Gerente do Núcleo de Autos e Infrações Ambientais

Paulo Gilberto Camelo Siqueira
Gerente da Unidade de Licenciamento Ambiental

Maria Evelina Menezes de Sá
Gerente da Unidade de Articulação e Projetos Especiais

Maria Madalena Albuquerque
Supervisora do Centro de Documentação e Informação Ambiental

Marcos José Lacerda
Gerente da Unidade de Geoprocessamento

Maria Cândida Ferreira Costa
Gerente da Unidade de Análises Laboratoriais

Maria Vileide Barros Lins
Gerente da Unidade de Desenvolvimento Florestal

Nahum Tabatchinik
Gerente da Unidade de Áreas Protegidas

Veronilton Pereira de Farias
Gerente da Unidade de Gestão dos Recursos Hídricos

Eliane Basto de Albuquerque
Gerente da Unidade de Gestão Ambiental do Uso do solo

Andréa Olinto de Lyra Sobral
Coordenadora Estadual de Gerenciamento Costeiro

Rosário Malheiros
Gerente da Unidade de Controle Industrial

José de Ribamar Santana
Gerente da Unidade de Controle de Resíduos Urbanos

Vilalba Soares de Mendonça
Gerente das Unidades Integradas de Gestão Ambiental

Luciano Correia
Gerente de Monitoramento de Sistemas de Controle Ambiental

Edição de Textos
Carolina Miranda / Francicleide Palhano / Luciana Falcão

Programação Visual
Clã Comunicação

Setilhas
Luciana Falcão

Xilogravuras
Augusto Barros Filho

Fotos
Arquivo da CPRH

Tiragem desta edição
200 exemplares

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 04

QUEM SOMOS 07

O QUE ESTÁ SENDO FEITO 09

PERSPECTIVAS PARA 2009 77

APRESENTAÇÃO

O desafio do desenvolvimento em Pernambuco tem contado com a participação ativa da sua Agência Ambiental, que responde pela execução da política ambiental do Estado integrando a preocupação mundial com o ambiente, nas grandes questões como o aquecimento global.

Vivemos momentos que exigem ajustes constantes, sem perder o ritmo da atividade que está sendo demandada em crescente. Nesse cenário, servidores decididos a mudar a face do órgão têm se esforçado em trabalho contínuo e recebido o apoio indispensável das autoridades estaduais a partir da vontade política do governador Eduardo Campos para o cumprimento das metas prioritárias do governo.

Ao término do segundo ano de mandato de governo, temos a satisfação de registrar resultados positivos em muitas frentes. Ainda há muito por fazer, e o faremos.

Em 2008 logramos desenvolver o planejamento dentro dos prazos, construindo uma base sólida para o desenvolvimento da Agência, não somente no aperfeiçoamento dos processos de licenciamento, mas também na construção do conceito de sustentabilidade que deve orientar um órgão integrante do SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, como o é a CPRH. A par das atividades inerentes ao cumprimento de sua atribuição legal, a Agência vem construindo as necessárias parcerias interinstitucionais, contando também com o apoio da iniciativa privada e das cadeias produtivas, que assim têm a oportunidade de agregar valor verde ao seu produto.

A realização do primeiro concurso público da existência do órgão ambiental do Estado representa um reforço importantíssimo para a consolidação de suas ações. A semente da nova sede, plantada ainda neste exercício, a capacitação do corpo técnico, a implantação de metodologia de gestão, vem a somar para o cumprimento da missão.

Os trabalhos de estruturação interna e de implantação dos mecanismos necessários ao seu desenvolvimento estão prontos, consolidando o desenvolvimento institucional. Os instrumentos estão disponíveis.

A grande arrancada para 2009 está prestes a acontecer e a fazer com que o ambiente em Pernambuco seja beneficiado, levando ao interior do Estado esse desenvolvimento tão esperado, integrando Pernambuco à vanguarda ambiental brasileira, buscando o desenvolvimento sem poluir. Continua o desafio a ser vencido.

Hélio Gurgel
Diretor Presidente

CPRH
CBBH
Agência
Estadual de
Meio Ambiente
e Recursos
Hídricos

QUEM SOMOS

A Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH, criada pela Lei Complementar nº 049, de 31 de janeiro de 2003, é entidade autárquica especial estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco - SECTMA. É regulamentada pelo Decreto nº 30.462 de 25 de maio de 2007, alterado pelo Decreto n.º 31.818 de 21 de maio de 2008.

Integra assim, como autarquia, a Administração Descentralizada do Governo do Estado de Pernambuco, exercendo atividades públicas diretamente, exclusivas e concorrentes da competência do Poder Executivo.

Na conformidade da Lei nº 12.916 de 08 de novembro de 2005, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações administrativas ambientais, e dá outras providências, a CPRH é órgão responsável pela execução da política estadual de meio ambiente e de recursos hídricos, e tem como missão exercer a função de órgão ambiental, com atuação na proteção, conservação e pesquisa aplicada às atividades do controle ambiental, para o aproveitamento dos recursos naturais do Estado.

É detentora de poder de polícia administrativa, atuando através da gestão dos recursos ambientais e sobre as atividades e os empreendimentos utilizadores dos recursos naturais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou que possam causar, sob qualquer forma, degradação ambiental.

A CPRH age no controle de fontes poluidoras, na proteção e conservação dos recursos naturais, na educação ambiental como ferramenta para a gestão ambiental, bem como no desenvolvimento de pesquisas voltadas para a melhoria da qualidade ambiental.

Para exercer as suas funções, a CPRH atua mediante os seguintes instrumentos de política ambiental: licenças ambientais e autorizações, fiscalização, monitoramento e educação ambiental.

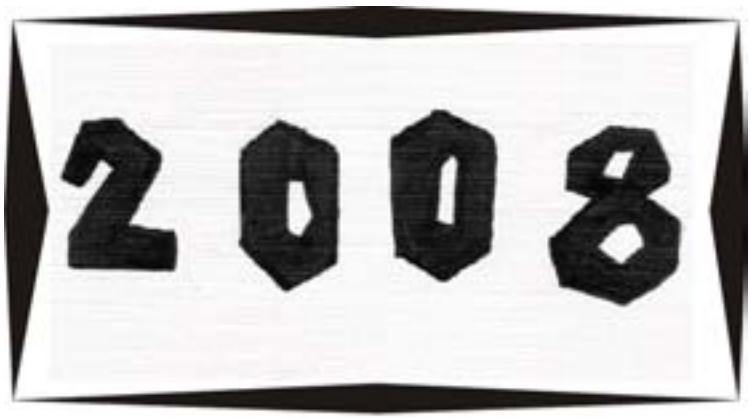
Atualmente, a CPRH vem implementando um processo de descentralização do controle ambiental por meio de parcerias firmadas com as Prefeituras Municipais na instalação de Unidades Integradas de Gestão Ambiental (UIGAs), em Ribeirão, Nazaré da Mata, Petrolina e Araripina. Para o ano de 2009, está prevista a inauguração de UIGAS nos municípios de Caruaru, Garanhuns e no Distrito de Fernando de Noronha. A parceria com os municípios é realizada também através das Salas Verdes instaladas nas unidades municipais, a exemplo de Tamandaré, onde a Sala Verde funciona na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, administrada pela CPRH.

O QUE ESTÁ SENDO FEITO

GESTÃO DA POLÍTICA DE AÇÃO DA CPRH

No governo Eduardo Campos
Deu-se a reestruturação
A Agência Ambiental
De um concurso lançou mão
Mais 300 servidores
Ligarão os seus motores
Numa mesma direção

Maior sede projetada
Funcionários por chegar
Continua a empreitada
De crescer e melhorar
Com a capacitação
Vem mais força de ação
Para a Agência trabalhar



Fortalecimento Institucional da Agência CPRH

Importantes etapas foram vencidas em 2008, dentro do programa de reestruturação da Agência. O decreto nº 31.818 de 20 de maio de 2008 alterou o regulamento da CPRH, e foi aprovado o Manual de Serviços da Agência através do Decreto nº 32.514 de 23 de outubro de 2008, o que possibilitou a consolidação da reestruturação, com a contratação de consultoria externa para a implantação do Manual de Procedimentos Internos. Inexistiam na Agência referenciais sobre procedimentos para o seu funcionamento, a não ser por textos elaborados na década de 90, no governo de Miguel Arraes, através de convênio com o governo da República da Alemanha. Em conjunto com consultores do Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco - IAUPE, e prevendo-se sua conclusão para o mês de dezembro, a CPRH está elaborando o Manual de Estrutura Organizacional e Procedimentos – MEOP, documento importante no estabelecimento dos procedimentos organizacionais. O novo manual vem a ser validado ao tempo em que são capacitados os novos concursados que exercerão suas funções a partir de janeiro de 2009. Em acatamento à Recomendação nº 001/2008, de 16.12.08, a CPRH passa a integrar o Comitê de Fiscalização Ambiental Estadual, que congrega órgãos federais, estaduais e municipais para ações de fiscalização conjunta em todo o Estado de Pernambuco.

Aquisição de Sede Própria

Após varias negociações, ficou acatada a concessão, por parte do Município do Recife – Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, SPPODUA – do terreno localizado defronte ao Parque Santana, no bairro de Santana, para a construção de Unidade-Sede da CPRH, a qual deverá abrigar, também, a Diretoria de Meio Ambiente, órgão de controle ambiental da Prefeitura do Recife.

O lançamento da pedra fundamental ocorreu no dia 24 de dezembro de 2008, acenando para a concretização da nova fase da Agência.

Realização de Concurso Público

Esta ação constituiu-se em uma das principais metas prioritárias do Governo do Estado, na reestruturação da CPRH. Mediante aprovação no concurso público realizado em setembro de 2008, serão contratados 300 técnicos para compor o quadro de pessoal da Agência. Obedecendo ao cronograma traçado, os novos profissionais da CPRH serão contratados em janeiro de 2009, o que dará maior poder de atuação ao órgão ambiental do Estado, que terá o seu quadro funcional capacitado e fortalecido para o exercício profissional.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Com tanto projeto grande
Vindo para nosso Estado
A Agência se viu cheia
Com trabalho redobrado
Promoveu quatro audiências
E chegaram as diligências
Com o povo convidado

Veio o empreendedor
Com uma fala inteligente
Na audiência explicou
O que atingia o ambiente
O homem simples ouviu
Perguntou e sugeriu
Ficou pra lá de contente

A realização de audiências públicas ambientais para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental está prevista na Constituição do Estado de Pernambuco (Art.215), regulamentada nas Resoluções 01/86 e 009/87 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e na Instrução Normativa da CPRH nº 002/2008. Trata-se de um instrumento de participação popular, fundamental no processo de Avaliação de Impacto Ambiental. Nesse processo, item importante é a ação da educação ambiental, antecedendo a realização da audiência, quando a CPRH promove a mobilização social, levando ao público informações básicas sobre o projeto, e estimula a participação pública.

A audiência pública serve para informar, discutir, dirimir dúvidas e ouvir opiniões sobre os anseios da comunidade, em especial da população diretamente afetada, no que diz respeito ao projeto apresentado. Os pronunciamentos, questionamentos e argumentos, servem de subsídio à análise e parecer final sobre o empreendimento proposto, para efeito do licenciamento ambiental.

No ano de 2008, a CPRH realizou quatro grandes audiências públicas, atingindo um público de 4, 7 mil pessoas. Na realização das audiências, a CPRH introduziu a prática de plantio de mudas de espécies da flora local, com o objetivo de minimizar os efeitos de emissão de CO_2 despendidos com a realização das audiências, que inclui utilização de transportes, geradores estacionários, papel e outros insumos de produção que exigem emissão de carbono. Nas ocasiões, foram assinados Termos de Compromisso, através dos quais o empreendedor se responsabiliza legalmente pela manutenção das árvores plantadas.

Empreendimento The Reef Club – Barreiros - PE
Investimento no valor de R$ 1 bilhão

O empreendimento é um complexo integrado, proposto pela Qualta Resorts Empreendimentos Imobiliários Ltda, para ser implantado na Praia do Porto, município de Barreiros, onde deverá ser criado um pólo turístico-hoteleiro, havendo a implantação de diversos equipamentos de esportes e lazer e a transformação gradual da área em local de moradia.

A audiência pública do empreendimento The Reef Club foi realizada por iniciativa da CPRH, no dia 11 de janeiro de 2008, no Auditório Professor Pedro de Oliveira, da Escola Agrotécnica Federal em Barreiros, litoral sul do estado.

Participaram do evento 500 (quinhentas) pessoas, dentre elas, representantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente - Consema, empresários, pesquisadores e significativa representação dos presidentes de conselhos de moradores, de assentamentos, representantes de colônias de pescadores, dentre outros.

Na ocasião, foi firmado um Termo de Compromisso entre a CPRH, o Instituto Qualta Resorts Empreendimentos Imobiliários e a Escola Agrotécnica Federal de Barreiros, para o plantio de 50 (cinqüenta) mudas de espécies da Mata Atlântica, com o objetivo de contribuir para a neutralização do gás carbônico emitido durante a Audiência.

Empreendimento Sadia – Vitória de Santo Antão – PE
Investimento no valor de R$ 637,5 milhões

A audiência pública do empreendimento Sadia foi realizada por iniciativa da CPRH, no dia 16 de maio de 2008, às 9h30, no Clube Abanadores O Leão, em Vitória de Santo Antão/PE. Participaram do evento cerca de 1.500 (hum mil e quinhentas) pessoas, dentre elas, o governador Eduardo Campos, o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, o prefeito do município, Demétrius Lisboa, além de representantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente - Consema, empresários, pesquisadores e significativa representação dos presidentes de conselhos de moradores, de assentamentos, dentre outros.

Na ocasião, foi firmado um Termo de Compromisso entre a CPRH, a Sadia e a Prefeitura de Vitória de Santo Antão, para reforçar o caráter de sustentabilidade do evento. Com o objetivo de reduzir a emissão do gás carbônico (CO_2) emitido durante a audiência, foram plantadas 3 (três) mudas de espécies da Mata Atlântica na Praça Dom Luiz de Brito, com a presença de alunos da escola municipal Pedro Ribeiro.

A cobertura da audiência foi feita ao vivo pela Rádio Cultura (Vitória), como também por outras emissoras de rádios locais como Rádio Tabocas, Rádio Vitória FM, Rádio Goitacaz (Glória do Goitá), Rádio Jornal, TV Vitória, Assessoria do Governo, Correio do Interior (Vitória), Diario de Pernambuco.

Empreendimento Perdigão
Bom Conselho – PE
Investimento no valor de
R$ 714 milhões

A audiência pública para Avaliação Ambiental do Complexo Agroindustrial Perdigão foi realizada por iniciativa da CPRH, no dia 15 de julho de 2008, às 9h30, na Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB), em Bom Conselho/PE. Participaram do evento cerca de 1.500 (hum mil e quinhentas) pessoas, dentre elas, o governador Eduardo Campos, o prefeito do município, Audálio Ferreira de Araújo, o Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Aristides Monteiro Neto, além de empresários, pesquisadores e significativa representação dos presidentes de conselhos de moradores, de assentamentos, dentre outros.

Para reforçar o caráter de sustentabilidade do evento, foi realizado, na Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB), o plantio de 78 (setenta e oito) mudas de espécies da Mata Atlântica: pau-brasil, oiti, ipê amarelo, jenipapo, ingá, coração e pau-ferro. A iniciativa teve como objetivo reduzir a emissão do gás carbônico (CO_2) emitido durante a audiência.

Empreendimento Ramal do Agreste Pernambucano – Arcoverde – PE
Investimento no valor de R$ 548 milhões

A audiência pública para apresentação do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Empreendimento Ramal do Agreste Pernambucano foi realizada por iniciativa da CPRH, no dia 09 de outubro de 2008, às 9h30, no Sesc de Arcoverde/PE, localizado à Av. Capitão Arlindo Pacheco de Albuquerque, 364, Centro. O evento foi transmitido, via satélite, para o Centro Tecnológico da Moda, localizado à R. Dalton Santos, 319, bairro de São Francisco, Caruaru/PE, e também pode ser acompanhado pelo Portal da Agência (www.cprh.pe.gov.br).

O projeto do Ramal do Agreste Pernambucano, proposto pelo Ministério da Integração Nacional, se constitui em um canal com, aproximadamente, 69 km de extensão, que levará água do Rio São Francisco para a Bacia do Rio Ipojuca, no Agreste pernambucano. O referido Ramal atravessará de Sertânia a Arcoverde, nas bacias hidrográficas dos rios Moxotó e Ipojuca.

No auditório da CPRH, foi montado um telão e os funcionários puderam acompanhar a audiência pública. Cerca de 1,2 mil (hum mil e duzentas) pessoas participaram do evento em Arcoverde, dentre elas o Secretário de Recursos Hídricos, João Bosco, representantes do poder público local e dos municípios do entorno, empresários, pesquisadores e

significativa representação de dirigentes de organizações públicas e privadas, funcionários públicos, presidentes de conselhos de moradores, de assentamentos, dentre outros. Para reforçar o caráter de sustentabilidade do evento, foi realizado, ao lado do Sesc de Arcoverde, o plantio de 30 (trinta) mudas de espécies nativas da Caatinga.

Tele-audiência

A CPRH inovou no modelo de audiência pública, realizando uma transmissão simultânea do evento, com o objetivo de levar conhecimento à população através da tecnologia da informação. Foi a primeira vez que um órgão ambiental brasileiro fez uma audiência pública com transmissão simultânea, o que modernizou e valorizou o processo democrático e transparente do processo de licenciamento ambiental. A CPRH contou com o apoio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma).

A transmissão foi feita ao vivo para o Centro Tecnológico da Moda, em Caruaru, no Agreste do Estado, onde os participantes puderam formular as suas perguntas e receber esclarecimentos sobre o projeto, em tempo real. O evento também pode ser acompanhado pelo portal da CPRH (www.cprh.pe.gov.br).

Em Caruaru, o evento contou com a presença do Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado, Aristides Monteiro Neto, representantes do poder público local, dirigentes e representantes de organizações públicas e privadas, funcionários públicos, dentre outros.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 2008

EMPREENDIMENTO	DATA	LOCAL	PARTICIPANTES*
THE REEF CLUB	11.01.2008	Escola Agrotécnica de Barreiros	500 pessoas
SADIA	16.05.2008	Clube Abanadores O Leão em Vitória de Santo Antão	1.500 pessoas
PERDIGÃO	15.07.2008	Associação Atlética Banco do Brasil em Bom Conselho	1.500 pessoas
RAMAL DO AGRESTE PERNAMBUCANO	09.10.2008	Sesc de Arcoverde	1.200 pessoas

*São computados como participantes apenas as pessoas que assinam a ata da Audiência e permanecem durante o evento.
A equipe de trabalho, apoio, policiamento, paramédicos, trânsito, som e imagem, limpeza, segurança e bombeiros constituem ainda contingente em torno de 150 pessoas por audiência.

Mobilização Social

A participação pública nas audiências, em número nunca antes registrado pela CPRH, é fruto do trabalho de mobilização social, realizado por profissionais da CPRH e contratadas pelas empresas proponentes dos projetos

ATIVIDADE	MUNICÍPIOS MOBILIZADOS	PÚBLICO ATINGIDO*
Mobilização Social para Audiência Pública do Empreendimento The Reef Club	Barreiros, São José da Coroa Grande, Tamandaré e Rio Formoso, Recife	2.500 pessoas
Mobilização Social para Audiência Pública do Empreendimento Sadia	Moreno/Bonança, Chã de Alegria, Glória de Goitá, Limoeiro, Feira Nova, Lagoa de Itaenga, Vitória de Santo Antão, Chã Grande, Primavera, Pombos e Gravatá, São Lourenço da Mata, Escada, Passira e Recife	3.500 pessoas
Mobilização Social para Audiência Pública do Complexo Agroindustrial Perdigão	Garanhuns, Brejão, São João, Bom Conselho, Correntes, Terezinha, Lagoa do Ouro, Palmeirina, Paranatama, Saloá, Iati, Águas Belas e Recife	3.500 pessoas
Mobilização Social para Audiência Pública do Empreendimento Ramal do Agreste Pernambucano	Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Sertânia, Arcoverde, Reserva do Catimbau, Poção, Venturosa, Alagoinha, Pedra, Iguaracy, Pesqueira e Recife	4.000 pessoas

* Público diretamente visitado em domicílios, serviço público, sindicatos, associações, comunidades organizadas, não sendo computado o atingido por unidades estacionárias de divulgação, imprensa, mala-direta e ofícios.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL

Se uma empresa ou escola
Da Agência precisar
Vai contar com uma equipe
Treinada para ajudar
No respeito ao ambiente
Que é coisa demais urgente
Pra o planeta preservar

Tem palestra, tem cartilha
Estudo e orientação
Sobre água, alimentos,
Ar e poluição
Vai ensinar com capricho
O destino certo do lixo
Pra toda população

As ações de educação ambiental realizadas pela CPRH têm como objetivo atingir a população, através de um processo participativo, procurando incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental. Para isto, são realizadas atividades que levam ao desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental.

Trabalhando a educação ambiental formal e informal, a CPRH realizou palestras, participou de seminários, mobilizou públicos para a participação em audiências públicas e inovou na sua forma de promover a educação ambiental, com a encenação da peça teatral "E eu com isso?" - uma aula-espetáculo que leva ao palco a temática ambiental, de forma lúdica e participativa.

Ações Realizadas

Oficina: Educação Ambiental como Instrumento de Gestão

Objetivo: Capacitar gestores municipais de Quipapá, Panelas, São Benedito do Sul, Canhotinho, Jurema, na questão do meio ambiente.
Local: Quipapá.

Oficinas de Educação Ambiental no Programa Pernambuco Conhece Pernambuco

Objetivo: Em parceria com a Empetur, as oficinas de educação ambiental tiveram como objetivo incutir nos pernambucanos que viajarem pela própria terra, explorando a diversidade de climas, paisagens e culturas que existem no Estado, o sentimento da valorização e do cuidado com o meio ambiente.
Locais: Pesqueira, Arcoverde, Garanhuns, Sirinhaém, Rio Formoso, Nazaré, Carpina, Vicência e Lagoa do Carro.

PALESTRAS NA TEMÁTICA AMBIENTAL

TEMA	LOCAL
Meio Ambiente e Qualidade de Vida	TRANSPETRO – Ipojuca
Controle de Resíduos Oleosos Provenientes dos Navios nos Portos do Recife e de SUAPE	AUDITÓRIO DA CPRH
APA de Guadalupe e o Potencial Turístico do Município de Rio Formoso	Colégio Estadual Wilson de Andrade – Rio Formoso
Meio Ambiente x Responsabilidade Social	Local: Escola Maria Alves Machado – Paulista
Planejamento e Execução da Política Ambiental do Governo do Estado	Summerville Beach Resort – Ipojuca
Meio Ambiente & Você/Biodiversidade/Educação Ambiental x Comunicação	Escola Dom Sebastião Leme – Ibura
Preservação Ambiental	Consórcio das Construtoras Queiroz Galvão,
Educação como Instrumento de Gestão Ambiental	Odebrecht e OAS - Cabo de Santo Agostinho Reserva do Paiva - Cabo de Santo Agostinho
Participação Social na Questão Ambiental	COPERGÁS - Boa Viagem –Recife
Educação Ambiental e Questões Ambientais	LIQUIGÁS/ Ipojuca – PE

PROMOÇÃO DO CALENDÁRIO AMBIENTAL

Semana do Meio Ambiente

A CPRH realizou uma série de atividades para comemorar a Semana do Meio Ambiente 2008. Com enfoque no despertar para o compromisso ambiental, convidando a sociedade a refletir, programou e executou eventos como encenação teatral, palestras e a entrega do XIX Prêmio Vasconcelos Sobrinho.

Uma forma nova de fazer Educação Ambiental

Com a encenação da peça “E eu com isso?”, a CPRH inovou no quesito educação ambiental, trazendo uma proposta diferente, onde o foco é fazer o público da aula-espetáculo refletir e repensar o seu papel na preservação e cuidados com o nosso planeta. No período de 02 a 06 de junho, mais de 2 mil alunos de 44 escolas da rede estadual de ensino assistiram à peça no auditório da Celpe, num total de dez apresentações. Participaram os estudantes dos municípios de Recife, Olinda, Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Itapissuma, Igarassu, Itamaracá, Abreu e Lima e Ipojuca.

Durante uma hora, os seis atores em cena, que se caracterizaram dos personagens água, árvore, peixe e saci-pererê, além de seres humanos, prenderam a atenção da platéia com o texto ágil e criativo, sempre interagindo com os participantes. A mensagem educativa, com os esclarecimentos necessários à preservação do meio ambiente, além da boa receptividade do público que já assistiu ao espetáculo, deve transformar "E eu com isso?" numa ferramenta de educação ambiental permanente da CPRH, que estuda a proposta de montar a peça em outros eventos programados pela Agência, inclusive no interior do Estado.

A direção do espetáculo foi de Ricardo Mourão, com produção de Renata Phaelante. Para a montagem e encenação de "E eu com isso?", a CPRH contou com o patrocínio das empresas Transpetro, Odebrecht, Estaleiro Atlântico Sul, Celpe, Reserva do Paiva, Philips, Tatuoca e o apoio da Secretaria Estadual de Educação.

Prêmio Vasconcelos Sobrinho – Ano XIX

Em reconhecimento aos melhores trabalhos e projetos na área ambiental, o XIX Prêmio Vasconcelos Sobrinho 2008 foi entregue na Usina Dois Irmãos, localizada na Praça Faria Neves, em Apipucos. O evento contou com a participação de aproximadamente 400 pessoas, entre secretários de Estado, promotores de Justiça do Estado, dirigentes de diversos órgãos públicos estaduais e municipais, diretores e professores de escolas públicas, familiares dos homenageados e lideranças comunitárias, além de funcionários da CPRH e seus convidados.

O Prêmio Vasconcelos Sobrinho foi criado pela CPRH, com o objetivo de divulgar as ações de instituições, empresas, escolas, organizações não-governamentais e personalidades que estão contribuindo para promover a melhoria das condições ambientais e da qualidade de vida da população. Este ano, foi celebrado o centenário de nascimento do ecólogo Vasconcelos Sobrinho, um dos pioneiros na defesa das causas ambientais do nosso Estado.

Divulgado através de imprensa, e-mail e folder, o prêmio recebeu várias inscrições, sendo avaliadas por uma comissão julgadora, que decidiu prestar homenagem nas seguintes categorias:

Personalidade do Meio Ambiente
Raimundo Guaraci do Carmo Cardoso;

Destaque Ministério Público Estadual
Ricardo Van Der Linden de V. Coelho;

Responsabilidade Ambiental
Empresa M&G Polímeros Brasil S/A;

Projetos e Práticas Educacionais
Escola Ambiental Águas do Capibaribe.

Semana da Mata Atlântica

A CPRH realizou, no mês de maio, atividades comemorativas à Semana da Mata Atlântica. O objetivo foi chamar a atenção da população sobre a necessidade de proteção deste bioma brasileiro, cuja Lei Federal nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), que regulamenta a sua proteção e uso sustentável, levou 14 anos para ser aprovada no Congresso Nacional.

O plantio de mudas de espécies nativas da floresta atlântica ocorreu no entorno do açude Cossocó, localizado no município de Rio Formoso, e contou com a presença de estudantes, do vice-prefeito do município, além de representantes do Instituto Chico Mendes, responsáveis pela gestão das unidades de conservação federal Reserva Biológica de Saltinho e Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais.

A ação contou com a parceria da Reserva Biológica de Saltinho, Usina Una Açúcar e Energia, M.A. Ximenes Sementeira, Empresa Suape, que doaram as mudas e colaboraram com a preparação da área. A Fundação Nacional do Pau-brasil - Funbrasil também colaborou com o evento de educação ambiental, ministrando palestra na Escola Nelson Chaves.

Semana da Água

O Dia Mundial da Água foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 22 de março de 1992. O dia 22 de março, de cada ano, é destinado à discussão sobre diversos temas relacionados a este importante bem natural. Para marcar a data, a CPRH promoveu atividades na capital pernambucana e nas cidades do interior, como veremos:

Campanha Poço Legal

A Campanha Poço Legal teve como objetivo avaliar a regularidade dos poços artesianos para evitar possíveis danos ambientais, ocorreu em condomínios residenciais da Zona Sul do Recife. Nessa área, estão localizados pelo menos 2 mil poços, dos 5 mil existentes na capital do Estado.

Dos 18 edifícios vistoriados, 16 não possuíam a licença de operação da CPRH, nem a outorga do uso da água, concedida pela SRH. Os administradores desses condomínios receberam um auto de intimação e prazo de 5 dias úteis para regularizar a situação. Já a fiscalização da Compesa recolheu amostras da água para análises bacteriológica e físico-química.

Durante a ação, foi constatada a presença de grande quantidade de ferro no poço do edifício Studio Everest, localizado no número 69 da R. Atlântico, o que possibilita o risco de contaminação do lençol freático. Apesar de o poço não estar mais sendo utilizado pelos condôminos, a equipe da CPRH orientou a interdição do local.

Um total de 40 técnicos de diversas áreas da CPRH participou da campanha, que envolveu ainda a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), com apoio da Polícia Militar.

Palestra sobre salinização dos poços artesianos no Recife

Realizada no auditório da CPRH, a palestra “Resultados do estudo de identificação de causas de salinização de poços artesianos no Recife”, ministrada pelo geólogo Waldir Duarte, mostrou o resultado do convênio firmado com o Ministério da Integração Nacional. Através desse estudo, analisados 305 poços, em duas áreas do Recife, definidas como Zona Norte, compreendendo os bairros de Ilha do Leite, Coelhos, Boa Vista, Soledade, Paissandu, Derby, Ilha do Retiro, Afogados e Joana Bezerra, e como Zona Sul, atingindo os bairros do Pina, Brasília Teimosa, Cabanga e norte de Boa Viagem.

Dia da Água na Zona da Mata

As comemorações aconteceram entre os dias 17 e 19 de março de 2008, no município de Nazaré da Mata. Cerca de 1.500 estudantes do Ensino Fundamental I, II e Médio de escolas públicas e particulares do município participaram do evento, que contou com a presença do diretor-presidente da CPRH, Hélio Gurgel, do prefeito do município, Inácio Manoel do Nascimento, e demais convidados.

A programação começou com o plantio simbólico de duas mudas de acácia amarela, na Praça do Estudante, no Centro. Em seguida, houve apresentações de grupos de dança, música e um recital dos estudantes em homenagem ao Dia Mundial da Água, na Unidade de Gestão Integrada da CPRH em Nazaré da Mata.

Dia da Água no Agreste

Foi realizado um ciclo de palestras sobre a importância dos Recursos Hídricos, no Instituto Tecnológico de Pernambuco (Itep) de Caruaru. Estudantes do Ensino Fundamental II e Médio de escolas públicas e particulares do município foram o público-alvo do evento, que ocorreu de 24 a 28 de março. A realização foi da Secretaria de Recursos Hídricos, em parceria com a CPRH, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma), Espaço Ciência e Instituto Tecnológico de Pernambuco (Itep).

Campanha de conscientização sobre o uso racional da água

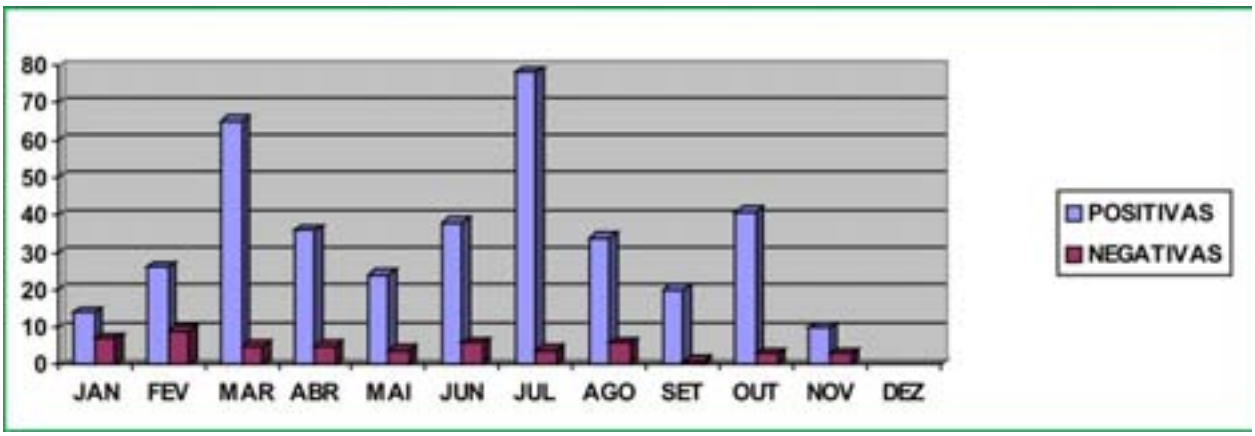
A campanha foi realizada com o objetivo de sensibilizar e alertar os moradores e turistas de Olinda para não desperdiçar água durante o período de carnaval. O evento, realizado na Cidade Alta de Olinda, numa parceria da CPRH, Secretaria de Recursos Hídricos, Compesa, e Secretarias de Saúde do Estado e de Olinda, chamou a atenção da sociedade, sobretudo para o combate ao uso comum da água durante o período de carnaval, como lavar calçadas com mangueira (incentivou-se o uso de baldes, que reduzem o consumo em 90%). Na ocasião, a CPRH distribuiu 800 cartilhas “Joca Descobre a Água”.

CPRH É NOTÍCIA !

Todo dia tem demanda
De atendimento à Imprensa
Se um acidente acontece
A correria é intensa
Rádio, jornal e TV
Todo mundo quer saber
O que é que a Agência pensa

Se autuou, qual a multa
Quem causou a infração
Diretor dá entrevista
Explica à população
Os fatos daquele dia
Tem trabalho a assessoria
Com tanta poluição

As ações da CPRH foram amplamente divulgadas no portal da CPRH e na mídia local, através das emissoras de rádio, TV, dos impressos, sites e blogs. Um balanço das matérias publicadas no Jornal do Commercio, Diario de Pernambuco e Folha de Pernambuco, além dos seus respectivos sites, o PE360graus e o Diário Oficial do Estado, demonstra a repercussão dos conteúdos.



MÊS	POSITIVAS	NEGATIVAS
JANEIRO	14	7
FEVEREIRO	26	9
MARÇO	65	5
ABRIL	36	5
MAIO	24	4
JUNHO	38	6

MÊS	POSITIVAS	NEGATIVAS
JULHO	78	4
AGOSTO	34	6
SETEMBRO	20	1
OUTUBRO	41	3
NOVEMBRO	10	3

Até o dia 18 de novembro de 2008

Coberturas Jornalísticas

Profissionais de comunicação social de diferentes veículos acompanharam atividades realizadas pela Agência e fizeram cobertura jornalística das seguintes pautas:

- Palestra sobre sistema de tratamento de efluentes
- Convênio para reduzir poluição veicular no Estado
- Fiscalização em carvoaria no bairro da Várzea
- Entrega de licença prévia ao Qualta Resorts
- Participação da CPRH de mesa redonda em curso de licenciamento ambiental
- Participação da CPRH em seminário internacional sobre gestão da linha de costa
- Assinatura do protocolo de intenções com a Prefeitura de Garanhuns
- Participação na divulgação dos resultados do Programa Mata Nativa, do Ibama
- Entrega de certificados em posto avançado no município de Ribeirão
- Comemoração do Dia da Qualidade do Ar
- Oficina em parceria com o Sindaçúcar, UFRPE e Sectma
- Curso em Serra Talhada sobre Manejo Florestal em Pernambuco
- Volta do monitoramento da qualidade da água em Fernando de Noronha
- Fórum de Gestão Pública com debate sobre o Meio Ambiente
- Divulgação dos aprovados no concurso público da CPRH
- Participação da CPRH no programa Pernambuco conhece Pernambuco
- Fiscalizações em ilhas do Rio São Francisco

Diversas entrevistas foram também concedidas pelos dirigentes e técnicos da CPRH no sentido de divulgar atividades da agência e esclarecer o público sobre suas ações.

CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E COMPRAS, COM TRANSPARÊNCIA E SERIEDADE

Para as licitações
Da comissão permanente
O pregão é eletrônico
Que é pra envolver mais gente
Usa a modalidade
Que dá mais publicidade
Num processo transparente

O custo foi reduzido
Ficou melhor de comprar
Facilitou o processo
Com a internet no ar
Ganhou-se celeridade
E ganha a sociedade
Que pode acompanhar

A Comissão Permanente de Licitação - CPL tem por competência instaurar, processar e julgar as licitações para aquisição de bens e serviços necessários à atuação da CPRH, nos termos da legislação pertinente à matéria.

Durante o exercício de 2008, a CPL realizou 51 (cinqüenta e um) procedimentos, conforme quadro abaixo, sendo priorizada a prática da licitação na modalidade Pregão Eletrônico com o objetivo de conferir celeridade, desburocratização, economia, ampla divulgação, publicidade e eficiência na contratação.

O Pregão Eletrônico, seja de bens ou de serviços, reduz o risco de formação de cartéis, apresenta diminuição dos custos de aquisição e ainda promove uma maior competitividade nos processos de compra que se tornam mais transparentes, inclusive podendo ser acompanhado pela sociedade. Até hoje, a CPRH realizou 11 pregões, entre bens e serviços, cujo valor estimado era da R$ 505.094,00 e o negociado foi de R$ 344.541,30 - o que representa uma redução da ordem de 31,79%.

Modalidades	Quant.	Valores Homologados / Ratificados (R$)
Adesão a Ata de Registro de Preço da SAD	01	5.185,00
Convite	01	29.520,00
Tomada de Preços	01	319.908,00

(*) Quantitativo de processos até o dia 21/11/2008.

OUVIDORIA AMBIENTAL

Carta, fax, telefone
Até e-mail se envia
De um jeito ou de outro
Tudo chega à Ouvidoria
Elogio, reclamação,
Denúncia e sugestão
Dia e noite, noite e dia

Eu posso furar um poço?
Licença eu pego onde?
Como anda meu processo?
Logo a Agência responde
Toda solicitação
Vê-se com satisfação
Informação não se esconde

A Ouvidoria Ambiental é um canal de comunicação direta com a população. Ligada à Presidência da CPRH, foi criada para receber sugestões, críticas, denúncias, queixas e idéias de qualquer cidadão sobre questões relativas ao meio ambiente. À Ouvidoria compete desenvolver gestões junto aos dirigentes dos setores, a fim de que as demandas apresentadas sejam adequadamente examinadas, atendidas e respondidas.

Em 2008, a população encaminhou à Ouvidoria Ambiental um total de 835 denúncias, conforme demonstra o quadro a seguir.

Poluição atmosférica	372
Poluição do solo	6
Poluição hídrica	46
Aterros	37
Desmatamento	59
Exploração mineral	36
Construção irregular	40
Sistema irregular de esgotamento	118
Lixão	8
Invasão de área protegida	3
Outros tipos de denúncias	78
Solicitação de informações	26
TOTAL*	**835**

*Até 26/11/08

São meios de acessar a Ouvidoria Ambiental:

- Comparecer pessoalmente à CPRH ou enviar correspondência para: Ouvidoria Ambiental - Rua Santana - 367 - Casa Forte - Recife-PE - CEP: 52060-460

- Telefonar para o número (81) 3182 8923 - no horário das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda-feira à sexta-feira

- Enviar um fax para (81) 3441-6088

- Acessar o Portal da CPRH (**www.cprh.pe.gov.br**), onde está disponível o link para Ouvidoria Ambiental. Enviar um e-mail para **ouvidoriaambiental@cprh.pe.gov.br**

DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público demanda fortemente ações da Agência, através de expedientes que solicitam realização de vistorias, audiências, pareceres e outras atividades pertinentes ao seu objetivo de fiscalizar o cumprimento da lei. Nesse sentido, a CPRH mantém uma carteira com advogado, secretaria e estrutura de atendimento de transporte para o atendimento desse importante Órgão. Destarte a fase de estruturação encontrar-se em construção, atendeu-se as seguintes demandas.

DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ATENDIDAS PELA CPRH

CIDADE	TOTAL
RECIFE	354
JABOATÃO DOS GUARARAPES	99
PAULISTA	42
CAMARAGIBE	06
PALMARES	03
BELO JARDIM	06
ABREU E LIMA	12
MORENO	05
TRACUNHAÉM	16
GARANHUNS	09
FLORES	03
SÃO JOÃO	01
CARUARU	25
RIO FORMOSO	02
TUPARETAMA	03
PETROLINA	14
CABO DE SANTO AGOSTINHO	24
IGARASSU	41
ITAMARACÁ	20
IPOJUCA	10
BUÍQUE	02
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	06
CUSTÓDIA	02
GRAVATÁ	01
CANHOTINHO	02
POMBOS	01
IBUPI	02
RIACHO DAS ALMAS	01
VICÊNCIA	06
ARARIPINA	02
PARNAMIRIM	03
POÇÃO	02
TAQUARITINGA DO NORTE	07
ARCOVERDE	03
OLINDA	02

CIDADE	TOTAL
CALÇADO	02
SANHARÓ	01
SERRA TALHADA	08
SÃO LOURENÇO	09
ÁGUA PRETA	03
PRIMAVERA	01
ALIANÇA	01
MORENO	01
SÃO BENTO DO UNA	01
SALTINHO	01
PEDRA	01
BARREIROS	01
MACAPARANA	03
TORITAMA	01
AFRÂNIO	01
OURICURI	01
EXÚ	02
ITAPISSUMA	04
SURUBIM	01
IBIRAJUBA	01
GOIANA	01
SÃO JOÃO	01
ABREU E LIMA	04
CARPINA	04
ITAQUITINGA	02
BODOCÓ	04
BUENOS AIRES	01
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	02
MARAIAL	01
VITÓRIA STO ANTÃO	02
INAJÁ	01
BUÍQUE	01
RIACHO DAS ALMAS	02
VICÊNCIA	04
TOTAL até 26/11/08	**807**

NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

Pra analisar os estudos
De impacto ambiental
E emitir pareceres
Nós temos o pessoal
Que usa de competência
Pra termos de referência
Com firmeza sem igual

Nesse ano que passou
Foi trabalho pra danar
Coisa de um EIA por mês
Que tinha pra analisar
Num serviço detalhado
Que tem como resultado
Segurança e bem estar

Os processos relacionados a empreendimentos com grande potencial de impacto ambiental submetidos ao licenciamento na CPRH, são avaliados por uma equipe multidisciplinar de Avaliação de Impacto Ambiental, que constitui um núcleo especializado, dos poucos no pais em agência ambiental, formado por profissionais de alta capacidade técnica.

No ano de 2008, a CPRH fez a análise preliminar de 06 (seis) estudos na modalidade EIA/RIMA para fins de aceitação com vistas à divulgação e análise, concluiu a análise de 04 (quatro) estudos ambientais na modalidade EIA/RIMA, sendo que um dos pareceres foi destinado a subsidiar o licenciamento ambiental federal (IBAMA) e está revisando 02 (dois) estudos ambientais na modalidade EIA/RIMA.

Elaboração de Termos de Referência – TR

Para orientar a elaboração e apresentação de estudos ambientais, a CPRH concluiu a elaboração de 14 (catorze) Termos de Referência para apresentação de estudos ambientais, sendo 12 (doze) deles referentes a EIA/RIMA e 02 (dois) para Relatório Ambiental Simplificado – RAS.

A CPRH também enviou ao Ibama (licenciamento ambiental federal) contribuições técnicas à elaboração de 02 Termos de Referência para EIA/RIMA.

INTERIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DA CPRH

Não pense em ir funcionando
A torto e a direito
Tem que andar no rumo certo
Com o ambiente ter respeito
Se errou e poluiu
O ar ou a água do rio
Tem de pagar pelo feito

Para isso é que se tem
Boa fiscalização
Pela denúncia que vem
Ou mesmo se venha não
A inspeção de rotina
Já analisa e ensina
Dando orientação

Atuação no Pólo de Confecções do Agreste

A CPRH tem mantido uma agenda sistemática nos municípios do Pólo de Confecções do Agreste - Caruaru, Toritama, Taquaritinga do Norte e Santa Cruz do Capibaribe - com reuniões semanais, junto à Promotoria de Justiça do MPE e vistorias às empresas instaladas nesses municípios.

No município de Caruaru, está previsto para ser instalado, no ano de 2009, um Condomínio Industrial, onde deverão funcionar cerca de 40 (quarenta) pequenas empresas que trabalham com a atividade de tinturaria de jeans. Estão ainda sendo testadas, junto com a Câmara da Moda, Sebrae, Caixa Econômica, Universidade Federal de Pernambuco e o ITEP, novas alternativas tecnológicas, mais racionais, para o tratamento dos efluentes sólidos e líquidos resultantes desta atividade.

No município de Toritama, estão sendo cumpridas ações definidas no Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 2004, junto à Promotoria de Justiça/MPE daquele Município. De acordo com o TAC, os proprietários de lavanderias deverão implementar o tratamento secundário, com remoção biológica da carga de poluição originada nas atividades realizadas nas lavanderias.

Está também em fase de licenciamento ambiental na CPRH o Aterro Sanitário que deverá receber a carga de efluentes sólidos das lavanderias industriais.

Assim como em Caruaru e Toritama, nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte a CPRH vem desenvolvendo ações para uma solução mais racional, visando à melhoria do tratamento dos efluentes desta atividade industrial.

Com a instalação da Unidade Integrada de Gestão Ambiental da CPRH, no ano de 2009, no município de Caruaru, serão intensificadas as ações de controle ambiental, instituindo-se programações sistemáticas de atuação junto a este segmento industrial.

Atuação no Pólo Gesseiro

A atuação da CPRH, em conjunto com o IBAMA e Polícia Federal, possibilitou a regularização ambiental quanto à obtenção da Licença de Operação (LO), de empreendimentos instalados naquela Região.

As ações tiveram como foco principal a instalação dos equipamentos de controle de emissões atmosféricas e da origem do material lenhoso utilizado como matriz energética nos fornos de calcinação. São mantidas fiscalizações sistemáticas na Região, além de participação em eventos de gestão promovidos pelo Sebrae e Sindugesso, que tem como objetivo dirimir dúvidas do segmento gesseiro sobre as exigências ambientais.

Demais regiões do Estado

Nas demais Regiões do Estado, a CPRH exerce o controle ambiental através das vistorias para atender ao processo de licenciamento ambiental, contemplando no corpo das licenças ambientais exigências de relatórios de monitoramento que possam atestar a eficiência dos sistemas de controle da poluição, conforme dispõem as normas técnicas vigentes. Esta eficiência ainda é checada quando de denúncias formuladas pela população, que nos leva a proceder à suspensão da atividade, caso os equipamentos de controle da poluição estejam funcionando com baixa eficiência.

O controle da CPRH vai além ação poluidora e atinge a ação degradadora do ambiente, a exemplo da vistoria a 11 ilhas da região do São Francisco, ocorrida no final de 2008, quando a Agência comandou uma operação com o objetivo de verificar a viabilidade da regularização de ocupações para fins de reforma agrária. Durante a operação foi autuada uma carvoaria em Belém do São Francisco, no Sertão do Estado, por exercício de atividade clandestina. Os responsáveis pela carvoaria foram intimados a comparecer à Agência para apresentar o devido licenciamento ambiental, sob pena de encerramento das atividades.

Estudos para definição de sistema adequado de tratamento de efluentes industriais de empreendimentos/atividades de lavanderias do Pólo de Jeans do Agreste

Projeto desenvolvido em parceria com a CPRH, Itep, UFPE, Sebrae e Prefeitura de Caruaru, tem por objetivo desenvolver tecnologia para tratamento de efluentes industriais gerados pela atividade de lavanderias, objetivando a racionalização de água e aproveitamento econômico dos resíduos sólidos gerados na atividade, a exemplo do lodo químico.

O Projeto resultou na instalação, no Centro de Tecnologia da Sectma, instalado em Caruaru, de uma lavanderia modelo, em dimensões reduzidas de maquinário e sistemas de tratamento, a qual funciona como projeto educacional, principalmente para os jovens empreendedores locais.

Interiorização das ações através das Unidades Integradas de Gestão Ambiental - UIGAs

A CPRH mantém, em funcionamento, Unidades Integradas de Gestão Ambiental nos municípios de Araripina, Petrolina, Nazaré da Mata e Ribeirão. Nas UIGAs, são realizadas as atividades de recepção de processos, orientação à população e atendimento de vistorias para subsidiar procedimentos de licenciamento ambiental, com foco em empreendimentos e atividades de pequeno potencial poluidor/degradador e atendimento a denúncias sobre infrações cometidas contra o meio ambiente.

Todas as UIGAS estão interligadas on-line com a sede, otimizando, desta forma, o processo de recepção de documentos com vistas ao licenciamento ambiental. As UIGAs estão reformadas para melhor atender ao público.

No ano de 2009, mais 04 (quatro) UIGAs deverão ser implantadas pela CPRH em diferentes Regiões de Desenvolvimento do Estado, conforme segue:

· Região do Sertão do Pajeú – nas dependências da Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado – IPA, no município de Serra Talhada.

· Região do Agreste Setentrional – em um imóvel da Prefeitura Municipal de Garanhuns, cujo convênio já foi assinado com a Prefeitura Municipal.

· Região do Agreste Meridional – nas dependências do Centro Tecnológico da Sectma, cujo contrato de cessão do espaço já foi assinado.

· Fernando de Noronha – ainda está em fase de definição a instalação do espaço físico, cujas negociações estão sendo tratadas com a Administração do Arquipélago.

Estudo para definição de critérios técnicos, procedimentos administrativos para o Licenciamento Ambiental de aterros sanitários de pequeno porte

Técnicos da CPRH participaram do Grupo de Trabalho Interinstitucional, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, que contou com a representação dos vários órgãos estaduais de meio ambiente. O trabalho desse Grupo resultou na elaboração e publicação, no último dia 11 de novembro de 2008, da Resolução Conama nº 404, que dispõe sobre critérios para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte.

Monitoramento da Declaração Anual de Resíduos Sólidos Industriais - DARSI

Atualmente, os dados monitorados pela Agência registram um total de 408 empreendimentos industriais, correspondendo a um aumento de 6,25% em relação ao quantitativo de indústrias do ano anterior. Em média, ocorreu, em 2008, um aumento de 18,19% em relação à apresentação da DARSI em exercícios anteriores.

A opção de apresentação da Declaração on–line, via Sistema de Gerenciamento e Controle de Resíduos Industriais (SGRI), representou, neste ano, 99% do total das declarações realizadas.

Para o indicativo de solicitações on-line de Renovação de Licença de Operação - RLO foi registrado um aumento de 4,1% em relação ao ano anterior.

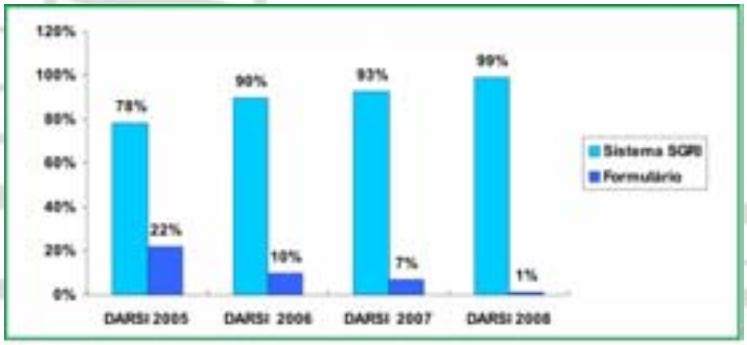


Gráfico - Comparativo da opção de apresentação da DARSI nos últimos anos

PROJETOS E CONVÊNIOS EM ANDAMENTO

Com os empreendimentos
A riqueza sinaliza
O futuro bate à porta
E a Agência enfatiza
Que um cuidado especial
Para a área industrial
É coisa que se precisa

Pois tudo tem que seguir
As exigências legais
Tentando se evitar
Perigos ambientais
Projetos e parcerias
Vêm trazendo melhorias
Trarão na certa bem mais

Dentre os trabalhos realizados em 2008, projetos e estudos na área de gestão ambiental foram desenvolvidos pela CPRH, como os destacados abaixo.

· Articulações junto ao Ministério do Meio Ambiente, Administração do Porto de Suape e Administração do Porto do Recife para que os Portos do Estado de Pernambuco recebam a **Capacitação do Programa Nacional de Capacitação Portuária – PNCAP**, visando identificar os instrumentos de Gestão e definir papéis dos diversos atores na Gestão Ambiental dos Portos, para em seguida resultar na elaboração da **Agenda Ambiental Portuária (AAP) Local,** envolvendo Autoridades Portuárias, Terminais Privados ou não, Ibama, CPRH, Secretarias Municipais e as Universidades. Desta forma, as exigências legais quanto à Gestão Ambiental serão atendidas pelos portos e, conseqüentemente, haverá melhoria na qualidade ambiental das zonas portuárias. A primeira reunião com a TSC *Train Sea Coast Brasil* para estruturar o início da capacitação em SUAPE será na primeira semana de dezembro de 2008.

· Estruturação da **Comissão Estadual do Curso de Licenciamento Ambiental** com Reuniões de Articulação junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma), Ministério de Meio Ambiente e Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) para a criação da Comissão Estadual e definição dos representantes e palestrantes do curso no Estado de Pernambuco. A capacitação foi realizada com videoconferências e debates para representantes das prefeituras do Estado de Pernambuco.

· Definições sobre o desenvolvimento do projeto do **Atlas de Peixes do Estado de Pernambuco** junto à Universidade Federal Rural de Pernambuco e à Universidade de Bremen da Alemanha. O projeto foi aprovado na Universidade de Bremen e será firmado convênio de cooperação técnica entre a UFPE, UFRPE, Sectma e CPRH.

· Aprovado o Projeto **Mapeamento de Áreas de Risco com Produtos Perigosos na Região Metropolitana do Recife com ênfase no Pólo de Suape – PE** – convênio nº 440031572006700001 celebrado entre a CPRH e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) através da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental. Foram desenvolvidas ações de articulação com o Corpo de Bombeiros, Secretaria Estadual de Saúde (Vigilância Ambiental em Saúde) e Defesa Civil de Pernambuco – CODECIPE para apoiar a criação da **Comissão Estadual Nacional** do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências com Produtos Químicos Perigosos (P2R2).

· Participação na **Capacitação de Prevenção de Pandemias provocadas pela Influenza Aviária** promovida no Porto do Recife pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) com palestras de professores da UNIFESP sobre os Conceitos de

Influenza, Biossegurança e Vigilância Epidemiológica, além da apresentação do **Plano de Contingência Local do Porto do Recife** para combater a Influenza Aviária.

· Elaboração da proposta da estrutura da "Oficina de Trabalho" para a criação da **Comissão Estadual** do "Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências com Produtos Químicos Perigosos" (**P2R2**) em Pernambuco, em parceria com outros setores da CPRH e Corpo de Bombeiros, Secretaria Estadual de Saúde (Vigilância Ambiental em Saúde) e Defesa Civil de Pernambuco – Codecipe, além de representantes do Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria, Gerência de Controle da Poluição e Substâncias Químicas, Coordenação de Emergências Ambientais).

· Elaboração dos Termos de Referência com as especificações para aquisição dos bens para o desenvolvimento do Projeto **Mapeamento de Áreas de Risco com Produtos Perigosos na Região Metropolitana do Recife com ênfase no Pólo de Suape – PE** e início da elaboração do Termo de Referência para a realização da licitação que deverá contratar os serviços da equipe que deverá desenvolver o mapeamento do referido projeto.

· Conclusão e defesa da dissertação do mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da UFPE com o tema Análise Comparativa entre os Portos do Recife e de Suape: Desafios para a Gestão Ambiental. A dissertação desenvolvida tratou da abordagem da gestão ambiental portuária no Estado de Pernambuco nos portos do Recife e de Suape, levando-se em consideração suas características ambientais e operacionais bem distintas. O estudo objetivou diagnosticar as características das conformidades ambientais específicas dos portos, identificando os procedimentos adotados por seus gestores e suas dificuldades para atendê-las. As dificuldades encontradas nos dois portos foram comparadas com as dos demais portos brasileiros e da comunidade européia. Por fim, concluiu-se que a pesquisa contribui para que os portos estudados atinjam o objetivo comum de gestão e segurança ambiental e vençam os desafios e as dificuldades para a implementação da Gestão Ambiental Portuária eficaz. Recomenda-se que a gestão ambiental seja abordada de forma estratégica nos portos do Recife e de Suape com o desenvolvimento das Agendas Ambientais institucionais e/ou locais.

· Apresentação de pôster e resumo de subsídios ao Plano de **Gestão de Água de Lastro** no Porto do Recife no V Seminário Brasileiro de Gestão de Água de Lastro (V SBAL), realizado no Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) em Arraial do Cabo. Foi criado um grupo multidisciplinar para buscar soluções conjuntas para a gestão de Água de Lastro no Estado, composto por representantes do Porto do Recife, Start Navegações, CPRH, Porto de Suape e Departamento de Oceanografia da UFPE, de acordo com recomendação do representante da Unesco Sr. Javier Valladares na abertura do Seminário de Erosão Costeira realizado em Recife. Durante o V SBAL foram realizadas articulações para o desenvolvimento de um Convênio de Cooperação Técnica entre a Marinha e a UFPE para a Gestão de Água de Lastro nos Portos do Estado de Pernambuco e, em um segundo momento, entre a UFPE e o Governo do Estado (Portos do Recife e de Suape e CPRH).

· Convênio CPRH/UFPE – continua em vigor o referido convênio para a realização de estágio curricular na área de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação.

· Projeto Organização e Informatização do Acervo do Centro de Documentação e Informação Ambiental – CDIA - Com o objetivo principal de disponibilizar, com agilidade e confiabilidade, as informações na temática ambiental, foram concebidas estratégias para facilitar o processo de informatização do acervo, com sustentação na metodologia da Rede Nacional de Informações sobre Meio Ambiente – Renima, da qual o CDIA é membro cooperante. A CPRH, através do CDIA, disponibiliza um Sistema de Informação, in loco, voltado para o Meio Ambiente, constituído das Bases Repidi (livros/folhetos), Copuse (periódicos), Lema (legislação estadual e municipal, Vídeo e CD-Rom, promovendo o acesso e a recuperação das informações especializadas, com velocidade, precisão e confiabilidade

· Projeto de Monitoramento da Qualidade da Água da Bacia do Rio São Francisco - Este projeto, desenvolvido entre a Agência Nacional de Águas – ANA e a CPRH, através da Caixa Econômica Federal, contrato de repasse nº 0187.295-92/2005/ANA/CAIXA, tem como objetivo aparelhar o Laboratório da CPRH para numa 2ª fase executar o monitoramento da qualidade da água em 30 estações de amostragem com 35 parâmetros, em Pernambuco, Alagoas e Sergipe, gerando informações sobre a situação atual e analisando os efeitos das ações do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRBHRSF, com investimentos de R$ 196.900,00 (Cento e Noventa e Seis mil, e Novecentos Reais). Em 2008 foi realizada prestação de contas e programado aumento de metas com o saldo de recursos.

Projeto de Monitoramento da Qualidade da Água das Bacias Receptoras da Transposição do Rio São Francisco**.** Este projeto, desenvolvido entre a Agência Nacional de Águas – ANA e a CPRH, tem como objetivo aparelhar o Laboratório da CPRH para, numa segunda fase, executar o monitoramento da qualidade da água das bacias receptoras, em Pernambuco, com a aquisição de 25 equipamentos e recursos no valor de R$ 620.156,93 (seiscentos e vinte Mil, Cento e Cinqüenta e Seis Reais e Noventa e Três Centavos) e licitados pela Agência Nacional das Águas (ANA).

ATIVIDADES LABORATORIAIS

Dando o devido apoio
Para a fiscalização
Existe o laboratório
Que avalia a condição
Das amostras de efluentes
E das denúncias recentes
Vindas da população

Faz parte desse trabalho
Ainda monitorar
A qualidade das águas
E a qualidade do ar
É amostra pra danado
Que chega de todo o Estado
Pra agência analisar

Em apoio às atividades de fiscalização e licenciamento, o laboratório da CPRH coletou e analisou amostras de efluentes industriais, corpos receptores de lançamento desses efluentes, e ainda, solo, sedimento e indicadores biológicos, como mostrado.

AMOSTRAS DOS SETORES DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO
EFETUADAS MENSALMENTE POR REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO

RD	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Agreste Central	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Mata Norte	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	4
Mata Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
RMR	4	5	9	9	0	0	8	0	6	1	2	0	44
TOTAL	4	5	9	11	0	2	10	0	6	2	2	0	51

Atendimento Laboratorial a Terceiros

Atendendo a solicitações de pessoas físicas e jurídicas, o laboratório coletou e analisou mais de 600 amostras d´água, provenientes das diferentes regiões de desenvolvimento do Estado, conforme mostra a tabela abaixo.

AMOSTRAS DE TERCEIROS PROCESSADAS MENSALMENTE
POR REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO

RD	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Agreste Central	1	0	0	1	2	4	1	0	0	0	0	0	9
Agreste Meridional	0	0	3	1	0	0	0	0	1	0	0	0	5
Agreste Setentrional	0	1	1	0	3	1	0	3	2	0	2	0	13
Mata Norte	5	0	0	6	13	0	1	1	3	6	3	0	38
Mata Sul	2	4	2	1	7	2	2	0	0	0	0	0	20
RMR	97	46	34	34	52	32	45	36	53	39	32	36	536
Sertão do Moxotó	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
TOTAL	106	51	40	43	77	39	49	40	60	45	37	36	623

Ensaios laboratoriais para Monitoramento da Qualidade das Águas no Estado de Pernambuco

A avaliação das condições ambientais das praias, bacias hidrográficas e dos reservatórios do Estado é feita, sistematicamente, através dos Programas de Monitoramento, desenvolvidos no Laboratório, da seguinte maneira:

· **Monitoramento das Bacias Hidrográficas do Estado de Pernambuco**

Por meio deste trabalho, a CPRH monitora 14 bacias hidrográficas e o Canal de Santa Cruz, através de 84 estações de amostragem. As bacias hidrográficas e o Canal de Santa Cruz são amostradas bimestralmente. Apenas o Rio São Francisco é amostrado semestralmente. No ano de 2008, foram processadas 377 amostras, conforme apresentado na tabela abaixo.

AMOSTRAS DO MONITORAMENTO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PROCESSADAS MENSALMENTE

RD	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Agreste Central	0	2	0	9	0	2	0	2	0	2	3	0	20
Agreste Setentrional	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	5
Mata Norte	0	2	6	2	6	2	6	2	7	2	3	4	42
Mata Sul	0	12	6	12	6	13	5	13	6	13	2	5	93
RMR	0	13	26	15	27	13	29	13	26	15	24	13	214
Sertão de Itaparica	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Sertão do Moxotó	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	0	30	39	40	39	31	40	31	40	33	32	22	377

· **Monitoramento dos Reservatórios e Mananciais**

Neste programa, são monitorados 124 reservatórios e mananciais.No ano de 2008, foram processadas 240 amostras, conforme apresentado na tabela abaixo.

AMOSTRAS DO MONITORAMENTO DOS RESERVATÓRIOS E MANANCIAIS PROCESSADAS MENSALMENTE

RD	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Agreste Central	0	2	0	0	0	3	11	7	0	11	1	0	35
Agreste Meridional	0	0	0	0	1	0	5	5	1	0	9	0	21
Agreste Setentrional	1	1	1	0	2	0	1	0	1	0	1	0	8
Mata Norte	3	2	0	3	2	0	3	2	0	3	0	1	19
Mata Sul	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	1	5
RMR	8	2	5	4	7	0	0	4	5	3	0	7	45
Sertão Central	0	0	0	3	7	0	0	4	5	3	0	0	22
Sertão de Itaparica	0	0	0	0	3	0	0	0	1	2	0	0	6
Sertão do Araripe	0	0	0	9	0	0	1	8	0	0	0	0	18
Sertão do Moxotó	0	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	8
Sertão do Pajeú	0	0	0	0	9	0	9	0	0	15	2	0	35
Sertão do São Francisco	0	0	0	7	1	0	9	0	1	0	0	0	18
TOTAL	12	7	6	26	36	3	39	32	18	37	15	9	240

· **Monitoramento das Praias de Pernambuco**

A rede de amostragem para o monitoramento da qualidade da água das praias, para fins de balneabilidade, é constituída de 47 estações no litoral de Pernambuco e 04 em Fernando de Noronha, onde são coletadas amostras semanalmente. Em 2008, foram realizadas coletas e analisadas 1.877 amostras, distribuídas por região de desenvolvimento, conforme demonstrado na tabela abaixo.

AMOSTRAS DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS PRAIAS COLETADAS MENSALMENTE POR REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO (RD)

RD	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Mata Norte	10	12	12	15	13	12	14	14	15	11	15	8	151
Mata Sul	8	9	18	18	24	18	27	24	26	21	26	18	237
RMR	97	87	126	119	125	123	142	138	167	134	167	64	1489
TOTAL	115	108	156	152	162	153	183	176	208	166	208	90	1877

GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Pra preservar o ambiente
De tanta degradação
Cria-se RPPNs
E Áreas de Proteção
Conservando o bioma
Tem soldado da Cipoma
Pra ajudar nessa missão

Gerindo novas reservas
- 06 em Itamaracá
E cuidando das que existem
Para o povo visitar
Dá apoio à pesquisa
Monitora e fiscaliza
Ensina a reflorestar

As Unidades de Conservação têm o objetivo de manter a diversidade biológica regional. São áreas que aliam o desenvolvimento de pesquisas com uso racional dos recursos naturais. O planejamento das ações de Administração de uma UC procura atender ao explicitado no Plano de Manejo e, em falta do mesmo, às normas indicadas pelo órgão responsável por sua administração.

Objetivando formular instrumentos e normas quanto à criação, implantação, consolidação e gestão de UCs, com o intuito de proteger partes significativas dos biomas do Estado, a CPRH passou a integrar o Grupo de Trabalho sobre a coordenação da Sectma, com a finalidade de elaborar um **Programa de Incentivo à Criação e Apoio à Implementação de Unidades de Conservação** e a Concepção do **Sistema Estadual de Unidades de**

Conservação do Estado de Pernambuco – SEUC/PE. Atualmente, o programa encontra-se na fase de correção e produção de parecer para as devidas atualizações. O SEUC foi apresentado ao Consema e espera aprovação.

As fiscalizações nas Unidades de Conservação de domínio do Estado são realizadas através de visitas técnicas às áreas, em atendimento às demandas espontâneas e/ou provocadas, para assim manter a integridade dos ecossistemas. Também são realizadas através de autorizações e acompanhamento de pesquisas científicas nas Unidades, mais precisamente na APA de Guadalupe, Reserva Ecológica de Gurjaú e Estação Ecológica de Caetés e demais áreas não implantadas, com apoio da fiscalização conjunta da Cipoma.

Dentre as medidas atendidas no ano de 2008 no tocante à fiscalização, está a participação da CPRH como membro integrante do Termo de Ajustamento e Conduta para atendimento do plano de fiscalização sistemática conduzido pelo Ministério Público na Serra do Urubu, que deverá ter continuidade pelos ótimos resultados obtidos que culminaram com a renovação da assinatura do TAC.

Gestão / administração da Estação Ecológica de Caetés

A Estação Ecológica de Caetés realiza fiscalizações no seu perímetro e seu entorno como medida de prevenção, impedindo os agentes degradadores. Realiza, dentro da proposta de gestão participativa, reuniões com a comunidade, a fim de esclarecer e fomentar a consciência ambiental. Atende a comunidade científica em seus anseios, apoiando a pesquisa e o público em geral. A estação, no ano de 2008, atendeu 231 de visitantes e apoiou onze pesquisas cientificas.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Levantamento de ofídios – UFRPE – Dep. Zoologia
- Pesquisa Fenologia e chuva de sementes em fragmentos urbanos de Mata Atlântica – UFRPE
- Pesquisadores de Aves – UFPE/CAV
- Pesquisa – doutorado – Natureza Mínima – "Política Ambiental em UCs – PE (estudo da Esec Caetés e Engenho Uchoa)
- Pesquisa em educação ambiental - UFRPE – "Uma Unidade de Conservação Perto da Minha Casa"
- Pesquisa "Análise da Situação atual do Zoneamento Ambiental da Estação Ecológica de Caetés"
- Pesquisa na área de Botânica – UFRPE; Pequenos Mamíferos e Marsupiais - UFPE
- Monitoramento sobre Bicho Preguiça - UFRPE
- Observadores de aves – OAP
- Monitoramento de aves – UFPE
- Pesquisador da JBRJ

Gestão / administração da Área de Proteção Ambiental de Guadalupe

A Gestão da APA de Guadalupe utiliza como instrumento de controle preventivo a realização de visitas de inspeção nos empreendimentos na área urbana dos municípios de Tamandaré, Rio Formoso e Barreiros, deliberando sobre o licenciamento ambiental em seu território e realizando ações conjuntas com a Cipoma. Apóia atividades como a Fiscalização do Projeto Orla do município de São José da Coroa Grande, Reflorestamento das margens do açude Cossocó, possibilita o acesso da população à informação ambiental utilizando-se de vídeos, livros e apoio de monitores através da Sala Verde, por iniciativa do governo federal, através do Ministério do Meio Ambiente.

Também em seu plano de ação visa trabalhar a preservação, tendo como pólo irradiador a percepção ambiental, o contato direto com a natureza, as vivências do dia-a-dia e as mudanças comportamentais. Assim, além de receber visitantes - em média, 1600 pessoas/ano -, foram realizadas oficinas de Ecoturismo e Conservação, envolvendo os setores de educação e a economia local, focando a Escola Central de Barreiros e a Pastoral da Criança do Município de São José da Coroa Grande e outras ações que abrangem o grande público, sempre tendo como objeto a educação / conscientização ambiental.

Administração da Reserva Ecológica de Gurjaú

A Reserva Ecológica de Gurjaú, com 1077 hectares de cobertura de Mata Atlântica e seu grande potencial hídrico, mantém uma sede com infra-estrutura para administração/ fiscalização da área, apoiada na necessidade pela Cipoma, que atua na repressão das infrações ambientais. Nas metas programadas para área estão a manutenção do viveiro com aproximadamente 3.000 mudas de Mata Atlântica e levantamento de áreas para adequação do Prédio Sede, além de reuniões com a Compesa, proprietária da área, para tratar dos assuntos referentes à Unidade.

Planejamento e gestão de novas unidades de conservação (gestão compartilhada)

A criação de Unidades de Conservação tem por finalidade manter os ecossistemas de importância nacional ou local, de modo a compatibilizá-los com os objetivos da conservação e do desenvolvimento sustentável. Assim, visando dar continuidade e efetividade a estas iniciativas, a CPRH, como executora da política estadual de meio ambiente do Estado de Pernambuco e tomando como base a Lei do SNUC em seu artigo 55 e os artigos 19, 20 e 40 do decreto 4.340, que regulamenta o SNUC, participou do processo de discussão que regulamentou 06 (seis) Reservas Ecológicas localizadas no município de Itamaracá para a categoria de Unidade de Proteção Integral Refúgio de Vida Silvestre, pelas características bióticas e abióticas que as áreas possuem, conforme constam no Capítulo III artigo 8 e 13 do SNUC. Quatro delas estão inseridas na recente criada APA de Santa Cruz, no município de Itamaracá, com uma área de 38.758 hectares.

Através do Grupo de Trabalho PGE para Alienação de Imóveis – Itamaracá, foi compatibilizada proposta de criação de Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz, através do Decreto 3.2488 de 17 de Outubro de 2008, que compreende os municípios de Itamaracá e Itapissuma e parte do Município de Goiana, e dá outras providências. Para a criação da Área de Proteção, foram observadas as necessidades da dinamização e diversificação das atividades e oportunidades produtivas do litoral norte, garantindo o desenvolvimento sócio-econômico, preservação de seu patrimônio natural, histórico e cultural, vislumbrando a importância do Complexo Estuarino do Canal de Santa Cruz para as atividades piscícolas e as comunidades tradicionais. Baseada na importância da criação da APA e levando em consideração a existência de seis áreas de Reservas Ecológicas que são partes integrantes da nova APA, através da lei nº 13.539, de 12 de setembro de 2008, ocorreu mudança de categoria de manejo das Reservas Ecológicas de Mata Lanço dos Cações, Mata de Santa Cruz, Mata de Jaguaribe, Mata Engenho Macaxeira, Mata do Engenho São João e Mata de Amparo, para Refúgio de Vida Silvestre, do Grupo de Proteção Integral, de acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Apoio à criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

A criação de uma RPPN é um ato voluntário do proprietário de uma área, que decide transformar toda ou parte desta em uma RPPN, sem que isso ocasione a perda do direito de propriedade. Para implementação dessa ação, o Estado vem atendendo aos municipios através de palestras com o objetivo de esclarecer os objetivos desse tipo de Unidade, como foi o caso de Belo Jardim e Serra Talhada .

Nesse ano de 2008, foi realizada a titulação de 87 hectares, parte do Engenho Contestado no Município Maraial, em Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, constituído do Ecossistema Mata Atlântica – Mata Sul. No momento, estão em fase de análise duas áreas: uma em Gravatá, que será a RPPN Karawa-Tã (Caatinga), e outra em Prazeres, que será a RPPN Binbo do Brasil (Mata Atlântica e Manguezal) .

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

No Estado de Pernambuco
Tem obra por todo lado
Se houver desmatamento
Precisa ser compensado
Ao utilizar a área
Pra cultura ou pecuária
Mantém-se o mesmo cuidado

Pra ajudar nessa tarefa
Fez-se a publicação
De um manual que ensina
A fazer restauração
Das florestas atingidas
Que devem ser protegidas
Pra o bem da população

A Compensação Ambiental é um mecanismo para contrabalançar os impactos sofridos pelo meio ambiente, identificados no processo de licenciamento ambiental no momento da implantação de empreendimentos. Assim, o cumprimento das obrigações está atrelado à elaboração de Termos de Referencia (TR), com o objetivo de facilitar e orientar os estudos. Nesse sentido, foram concebidos os seguintes TRs ,que encontram-se em fase final para liberação.

• TR para o Promata, com o objetivo de atender a contratação de serviços técnicos especializados para apoiar o incentivo à criação e implementação de Unidades de Conservação – UCs no âmbito do Estado, nos municípios e particulares.

• TR para revisão do Plano de Manejo e Zoneamento da APA de Guadalupe e estabelecimento do Conselho Gestor.

• Em atendimento ao TC 069, TR - Qualta: o objetivo deste Termo de Referência é dar subsídios para a contratação de serviços, tendo em vista a Revisão do Plano de Manejo e Zoneamento da Área de Proteção Ambiental – APA – Guadalupe e a implantação de uma unidade de conservação de proteção integral de vegetação de restinga.

• Em atendimento ao TC 050/07 – Petroquímica: está em construção TR com o objetivo de contratação de serviços técnicos especializados para realizar estudos de viabilidade para recategorização e implementação das áreas das reservas ecológicas Mata de Jangadinha, Mussaíba e Manassu, como uma só Unidade.

• Em atendimento ao TC 067/08 – Setur: está em construção TR com o objetivo de elaboração de proposta para execução de serviços de manutenção da estrutura física da sede da APA de Guadalupe e compra de equipamentos.

• Em atendimento ao TC 002 /2006 – MGBRBA: objetivando ação de manutenção no Parque Estadual de Dois Irmãos.

• Em atendimento ao TC 011/04 – Termopernambuco: objetivando a contratação de Empresa Consultora para realizar levantamento das informações dos Meios Físico, Biótico e Antrópico, visando obter dados sobre a situação real das áreas propostas para recategorização e implantação das reservas ecológicas Matas de Zumbi e Duas Lagoas.

• Em atendimento ao TC 066/05 – Camargo Correia: está em construção TR com o objetivo de serem aplicados recursos na Estação Ecológica de Caetés e Reserva Ecológica de Gurjaú.

• Em atendimento ao TC 051/2007 – Refinaria: proposta de elaboração de Plano de Trabalho referente às atividades de melhoria da infra-estrutura do Parque Ecológico de Dois Irmãos e Açude do Prata..

Recategorização e implantação da Reserva Ecológica de Gurjaú

O processo de recategorização da Reserva encontra-se à espera da realização de um cadastramento socioeconômico, com a finalidade de dar subsidio para oficinas propostas para área. Já conta com o beneficio da compensação ambiental proveniente da compensação da Refinaria TC 051/07 e da Termopernambuco TC 011/2004.

Recategorização e implantação da Reserva Ecológica de Zumbi

As reservas ecológicas de Zumbi e Duas Lagoas encontram-se em processo documental, beneficiadas pelo recurso oriundo da compensação ambiental da Usina Termelétrica TC 011/2004 e da Refinaria TC 051/07.

Recategorização e implantação da Reserva Ecológica de Duas Lagoas

O processo de recategorização de Duas Lagoas segue em conjunto com o processo de Zumbi. Encontra-se, portanto, no mesmo estágio, com recursos provenientes das mesmas fontes.

Criação e implantação de Unidade de Conservação localizada na região dos reservatórios das barragens de Bita e Utinga

As áreas de Bita e Utinga já estão sendo beneficiadas através de Termo de Compromisso da Refinaria, TC 051/07, com recursos previstos para criação, categorização e implantação.

Desenvolvimento de estudo de viabilidade de cobrança de visitação nas Unidades de Conservação estaduais

Realização de levantamento sobre a adoção de cobrança de visitação em Unidades de Conservação nos demais estados brasileiros.

Levantamento/mapeamento da cobertura vegetal do Estado

Foi realizado pela Reserva da Biosfera e Conselho Nacional, o mapeamento das zonas núcleo (que são áreas protegidas por legislação específica e seus limites coincidem com as áreas protegidas por lei, as UC's, que em Pernambuco se localizam nos municípios litorâneos), zona de transição e amortecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica de Pernambuco, fase 6 /2008.

Desenvolvimento de estudos e sistema para inclusão do critério qualitativo de Unidades de Conservação do ICMS Socioambiental

Realização de levantamento sobre os critérios qualitativos adotados em Unidades de Conservação nos demais estados brasileiros.

A CPRH é responsável pela coordenação do Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA no Estado de Pernambuco, cuja área foi reconhecida pela UNESCO, participa das reuniões do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera e é membro do Comitê Estadual da Reserva do Bioma Caatinga.

No mês de novembro, foi lançada a publicação Guia Prático para Restauração Florestal de Alta Diversidade da Mata Atlântica. Uma ação conjunta da Sectma, CPRH, Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (Cepan), ESALQ, UFPE e Promata.

GERENCIAMENTO COSTEIRO

O litoral do Estado
Merece muita atenção
Por isso a Agência discute
Projetos pra contenção
Do avanço da água do mar
Procurando evitar
O aumento da erosão

Simpósios e seminários
Encontro internacional
Levantamento de dados
Para ocupação legal
Proteção e ordenamento
Estudo e acompanhamento
Das obras no litoral

Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla

Orientado para o compartilhamento de ações de planejamento e gestão na esfera do município, o Projeto Orla é articulado com a esfera estadual, por meio da CPRH e da Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU, e integrado na esfera federal com o Ministério do Meio Ambiente - MMA e com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, onde estão sendo alcançados os seguintes resultados:

a) o ordenamento dos usos e ocupações da orla marítima, levando em conta as especificidades dos segmentos identificados;

b) o equilíbrio dinâmico da praia, garantindo a proteção física da orla;

c) a valorização da paisagem, dos atrativos turísticos e da função econômica, social e cultural da orla, de acordo com os princípios da utilização sustentável da biodiversidade local;

d) a integração das ações setoriais e a harmonização dos interesses presentes nessa faixa do litoral.

Projeto de Monitoramento Ambiental Integrado – MAI - Erosão Costeira:

No esforço de enfrentamento do processo erosivo do litoral de Pernambuco e da ameaça iminente ao patrimônio público e privado, o Governo do Estado vem desenvolvendo, junto com outros órgãos municipais e federais, o Projeto Monitoramento Ambiental Integrado do Litoral de Pernambuco – MAI Erosão Costeira, na orla dos Municípios de Jaboatão dos Guararapes, Recife, Olinda e Paulista, numa extensão de 50 km.

Inserido na Meta Estratégica do Governo de elaborar estratégia de intervenção para contenção do avanço do mar, sob a coordenação da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma), o projeto vem sendo executado pela UFPE, com o apoio da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), Agência Condepe/Fidem e Prefeituras Municipais (Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão) com a interveniência do Ministério Público Federal.

Trata-se de estudo pioneiro no país, com levantamento de base de dados necessário à geração de conhecimentos técnicos científicos, com vistas a fundamentar as medidas corretivas de obras de proteção implantadas ao longo do tempo, bem como a propor soluções técnicas integradas regionalmente, que permitam a recomposição das praias do nosso litoral.

O projeto é um convênio de cooperação técnica e financeira com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT/Finep), orçado em R$ 1.042.500,00 em recursos federais, com contrapartida do Estado e dos Municípios.

No dia 22 de dezembro deste ano, a CPRH participou do evento realizado na reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, onde foi feita a apresentação do relatório de conclusão sobre os estudos de erosão marinha. O estudo do MAI apresenta bases científicas e recomendações para a utilização do ambiente costeiro pernambucano.

I Simpósio Nacional de Erosão Costeira

Promovido pelo Governo de Pernambuco, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Integração Nacional foi realizado o I Simpósio Nacional de Erosão Costeira, que reuniu 130 convidados entre pesquisadores, cientistas nacionais e internacionais vinculados ao tema e gestores públicos ligados à área de gerenciamento costeiro.

ÓRGÃOS FOMENTADORES

Seminário Internacional sobre Gestão da Linha de Costa

Como implementação da Meta Estratégica do Governo de Elaborar estratégia de intervenção para contenção do avanço do mar, também foi realizado o seminário, promovido pela CPRH, a DHI Water & Environment e a empresa dinamarquesa Brazbiz.dk

Programa Especial de Controle Urbano e Ambiental do Território Estratégico de Suape

Este Programa foi construído, de maneira participativa, sob a coordenação da Agência Condepe/Fidem, a supervisão do órgão fomentador BNDES, e visa estruturar as entidades municipais e estaduais de controle urbano e ambiental para o desempenho eficaz de suas funções de gestão territorial, contribuindo para um crescimento ordenado e sustentável do Território.

Reuniões e Visitas Técnicas:

I. Vistorias técnicas junto aos municípios visando à consolidação das demandas específicas de cada município, com ênfase no ordenamento do uso e de atividades para resolução dos conflitos identificados no ZEEC

II. Participação em reuniões do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, com vistas à realização do diagnóstico para a elaboração dos Planos Municipais de Gestão da Orla – PGIO

III. Participação nas Oficinas do Plano Diretor Participativo dos Municípios;

IV. Vistorias conjuntas com a Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU - no Litoral de Pernambuco

V. Reuniões com técnicos da Prefeitura de Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife, no sentido de discutir alternativas viáveis para a correção da erosão marinha.

VI. Continuidade das ações sob a coordenação do Ministério Público Federal – MPF, através de reuniões técnicas e vistorias para implementar medidas corretivas que visem à reversão das tendências de ocupação irregular na orla marítima. Participantes: MPF, GRPU - Gerência Regional do Patrimônio da União, Advocacia da União, CPRH-GERCO/PE, Fidem e Prefeituras Municipais Costeiras (Paulista, Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca).

Participação em GT Interinstitucional, Seminário e Mesa Redonda

I. Participação no GT Interinstitucional instituído pelo Decreto nº 31.505/2008, para a criação da APA de Santa Cruz.

II. Participação no II Seminário Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental promovido pela Fundação Joaquim Nabuco.

III. Participação na Mesa Redonda sobre Gestão Costeira promovida pelo Departamento de Oceanografia da UFPE.

IV. Apresentação do Projeto Orla no seminário promovido pelo BNDES, para construção do Programa de Controle Urbano e Ambiental do Território Estratégico de Suape, Recife/PE.

V. Participação no Workshop Internacional do MAI Erosão Costeira, Recife/PE.

Capacitação para implementação da Gestão Costeira

I. Participação de duas técnicas do GERCO no Curso de Extensão Gestão e Ordenamento de Praias: A importância do Conceito de Capacidade de Carga, ministrado pelo Dr. Carlos Pereira da Silva da Universidade Nova de Lisboa. Fevereiro de 2008. Recife/PE.

II. Participação de dois técnicos do GERCO no Curso de Extensão Vulnerabilidade Costeira, ministrado pelo Dr. Jose Jimenez da Universidade da Espanha, Laboratori d'Enginyeria Marítima Universitat Politècnica de Catalunya. Fevereiro de 2008. Recife/PE.

III. Participação no II Seminário Nacional do Projeto Orla: avaliação e diretrizes para o seu fortalecimento, realizado em de agosto, com objetivo discutir diretrizes e metas que deverão compor uma Agenda de compromissos, entre as três esferas de governo, para gestão integrada da orla. Salvador/BA.

IV. Participação de duas técnicas no Congresso Brasileiro de Oceanografia - CBO. Maio de 2008. Fortaleza/CE.

V. Divulgadas as ações do GERCO/PE em Encontros, Seminários, Universidades dentre outros.

Monitoramento Ambiental como Instrumento de Controle

Com o objetivo de avaliar e acompanhar as obras, em execução e/ou executadas, e seus impactos decorrentes, são acompanhados, dentre vários, Planos de Monitoramento e de Controle Ambiental, envolvendo, quando necessário, propostas de medidas corretivas para minimização dos seus impactos ambientais. Os dados obtidos desses monitoramentos e planos de controle deverão subsidiar a implementação de uma sistemática de acompanhamento da qualidade ambiental e das ações de gestão, com vistas a detectar as tendências evolutivas dos indicadores de qualidade e reorientar as ações de controle ambiental, a curto, médio e longo prazo. Dentre outros, podemos destacar os seguintes acompanhamentos realizados pelos técnicos do setor de Gerenciamento Costeiro - GERCO:

• Planos de Monitoramento e Programas Ambientais dos empreendimentos do Complexo Industrial Portuário de Suape.

• Obras de Proteção do litoral de Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Recife e de Paulista, bem como o de recuperação da Praia de Suape, no Cabo de Santo Agostinho.

MONITORAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Fazer monitoramento
É trabalho delicado
Água boa ou não pra banho
No litoral do Estado
Ou Fernando de Noronha
É uma viagem medonha
Mas se tem o resultado

O técnico faz coleta
D'água de reservatório
De rio, de mar e de poço
Manda pro laboratório
Os dados são registrados
Estudados, comparados
Guardados em relatório

Monitoramento da Qualidade da Água em Reservatórios do Estado

A CPRH realiza o monitoramento dos reservatórios do Estado, através do convênio nº 009/2007, firmado com a Secretaria de Recursos Hídricos SRH. Em 2008, o monitoramento da água dos reservatórios foi realizado em 114 (cento e catorze) reservatórios distribuídos em 15 (quinze) bacias hidrográficas.

Os recursos para realização do monitoramento foram de R$ 269.946,00 (duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais), oriundos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO.

Monitoramento da Qualidade da Água Superficial

Nas 14 (catorze) bacias hidrográficas monitoradas são realizadas medições físico-químicas, bacteriológicas e teste ecotoxicológico para averiguar a qualidade da água, com freqüência variável, em 83 (oitenta e três) estações de amostragem; desse total, 13 (treze) estações são captações para abastecimento público operadas pela Compesa, 8 (oito) estão localizadas em região estuarina, 4 (quatro) em área de nascentes e 1 (uma) no mar, sob a influência do rio Ipojuca.

Os resultados do monitoramento são divulgados, mensalmente, na forma de indicadores e, anualmente, em relatório conclusivo, disponíveis no portal CPRH.

Monitoramento de Águas Subterrâneas

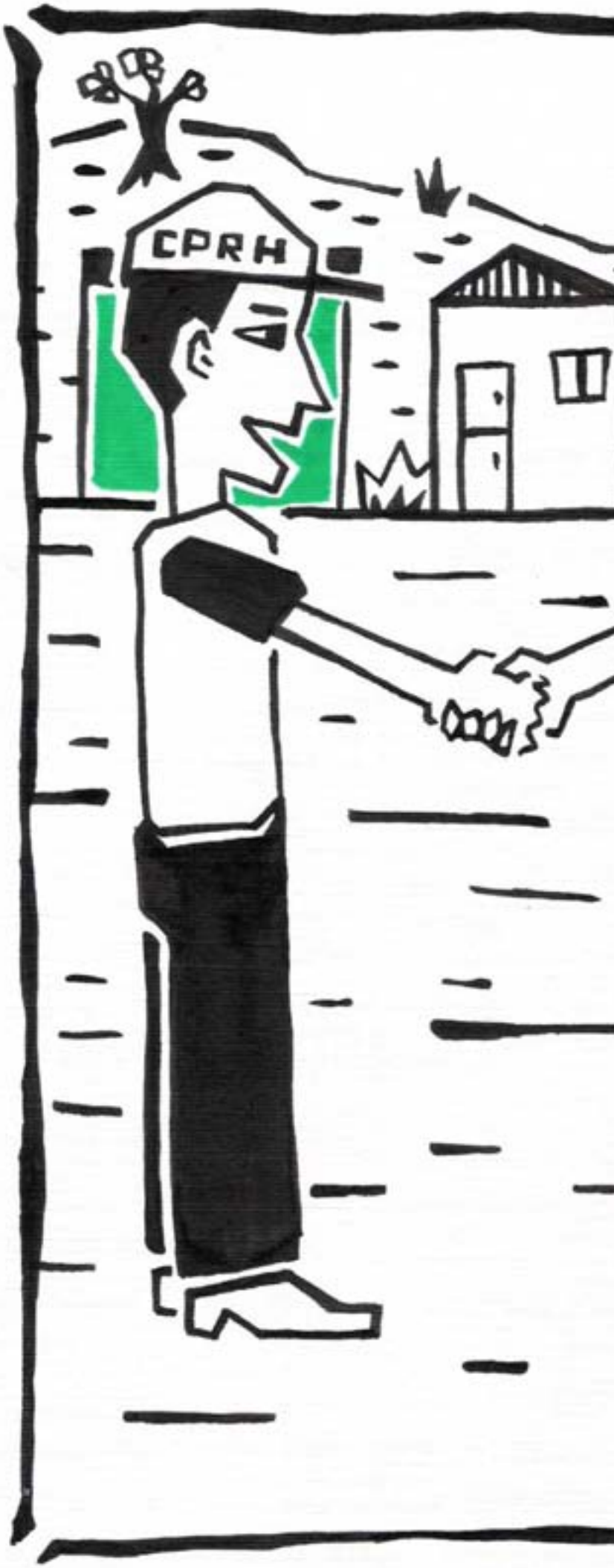
O monitoramento de aqüíferos implantado na RMR foi inicialmente composto por 10 estações telemétricas onde foram monitorados os níveis do aqüífero e a condutividade elétrica. No ano de 2008, foi dada continuidade à elaboração dos gráficos de telemetria, a partir dos dados da condutividade elétrica máxima e mínima e das profundidades máxima e mínima do nível d'água nas 10 estações telemétricas (Condomínio Conj. Residencial ABC, Edifício Tobago, Edifício Encanta Moça, Real Hospital Português de Beneficência, Água Mineral Santa Joana, Água Mineral Santa Clara, Schincariol, Edifício Igarassu Colonial, Edifício Le Grand Village e Senac).

PARTICIPAÇÃO DA CPRH EM ESPAÇOS PÚBLICOS SOCIOAMBIENTAIS

Capibaribe, Ipojuca
Goiana, Jaboatão
Beberibe, Pirapama
São bacias em questão
De comitês já formados
Sempre bem articulados
Fortalecendo a gestão

São projetos, oficinas
Fóruns institucionais
Para resolver conflitos
De temas ambientais
Que envolvam as bacias
E formando parcerias
Com prefeituras locais
Comitês de Bacias Hidrográficas

A CPRH tem representação nos comitês de bacias hidrográficas, participando em grupos de trabalhos em câmaras técnicas formadas para subsidiar os comitês na resolução de conflitos e na elaboração de políticas públicas e programas de trabalho; apoiando na elaboração de projetos para captação de recursos; na capacitação de membros dos comitês; e na facilitação de oficinas para formação de líderes comunitários.



- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Goiana
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jaboatão
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pirapama
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe
- Conselho dos Usuários do Açude Ingazeira, em Venturosa

Fóruns de Articulação

Fórum Institucional de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em Pernambuco

Participação de técnicos em reuniões e eventos promovidos pelo Fórum com o objetivo de fortalecimento da gestão ambiental da bacia do Rio São Francisco, tendo apoiado a elaboração do Plano de Trabalho para o Biênio 2006-2008.

Fórum Permanente pela vida da Bacia do Rio Tapacurá

A CPRH tem participado e apoiado tecnicamente na resolução dos conflitos e na elaboração e execução de projetos de recuperação e preservação ambiental com entidades parceiras, tais como os projetos Reflorestágua e Nascente de Natuba - SNE/Serta e prefeituras locais.

GESTÃO AMBIENTAL DO USO DO SOLO

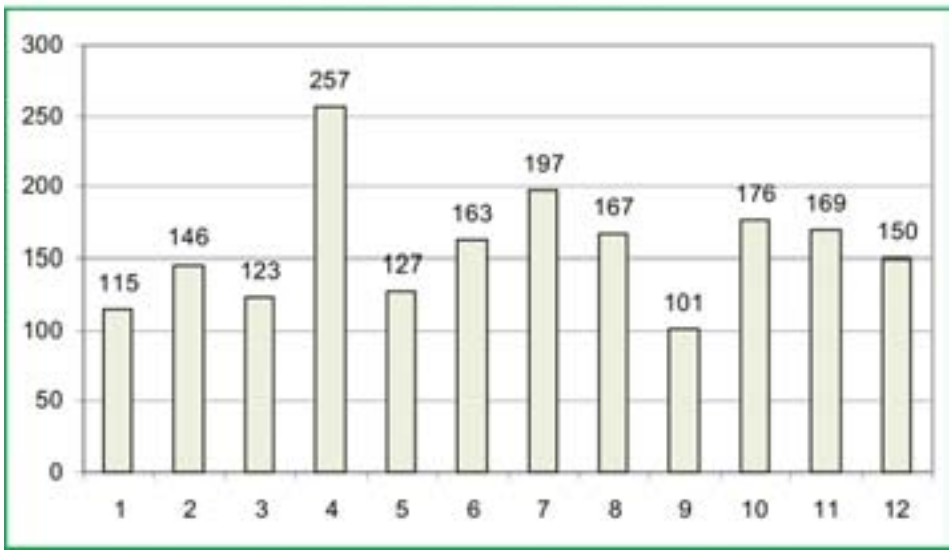
Uso e ocupação do solo
Projetos de irrigação
Usinas e condomínios
Linhas de transmissão
Têm que ter ordenamento
E obter licenciamento
Conforme a legislação

Quase 3000 processos
Tudo visto e analisado
Deu trabalho mas valeu
Pois o que foi tramitado
Representou um aumento
De quase 20 por cento
Sobre o ano passado

No ano de 2008 foram tramitados no Setor de Gestão do Uso do Solo 1.891 processos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Mês	Processos
Janeiro	115
Fevereiro	146
Março	123
Abril	257
Maio	127
Junho	163
Julho	197
Agosto	167
Setembro	101
Outubro	176
Novembro	169
Dezembro	150
TOTAL	1.891

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



No que se refere aos processos tramitados que visaram ao licenciamento ambiental, relativos às questões do uso e ocupação do solo, pode-se destacar:

- Processos referentes à implantação de Condomínios Habitacionais de Interesse Social – Secretaria das Cidades /CEHAB;
- Processos referentes à implantação e pavimentação de acesso viário - DER/Setur/Prodetur;
- Processos referentes à execução de Obras de Contenção de Encostas – Agência Condepe/Fidem;
- Processo referente à implantação do Empreendimento Turístico e Imobiliário – Qualta Resorts, em Barreiros;
- Processos referentes à implantação de Obras de Sistema de Esgotamento Sanitário – Promata;
- Processos referentes à implantação de Obras de Abastecimento de Água – Compesa;
- Processos referentes à execução de Obras Estruturadoras do Prometropole;
- Implantação de Aterros Sanitários em municípios;
- Obras de Terraplenagem e Implantação de Indústrias Alimentícias Sadia (Vitória) e Perdigão (Belo Jardim);

• Implantação e execução de obras de Urbanização e construção de casas populares em Olinda;

• Obras de Terraplenagem e Implantação do Pólo de Hemoderivados em Goiana.

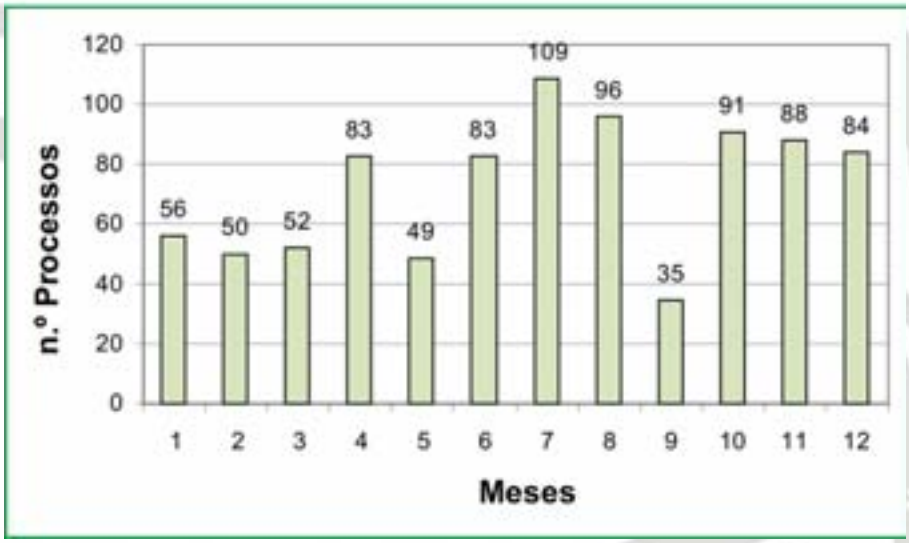
No que se refere à Gestão de Projetos Agrícolas, de Assentamentos Rurais e de Mineração – SGAM, pode-se destacar as seguintes atividades:

No ano de 2008 foram tramitados na CPRH 876 processos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

PROCESSOS TRAMITADOS NO SGAM

Janeiro	56
Fevereiro	50
Março	52
Abril	83
Maio	49
Junho	83
Julho	109
Agosto	96
Setembro	35
Outubro	91
Novembro	88
Dezembro	84
TOTAL	876

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



Dentre os processos tramitados que visaram ao licenciamento ambiental pode-se destacar:

- Projetos de Irrigação do Pontal de Petrolina;
- Projetos Agrícolas referentes à cana-de-açúcar;
- Execução de obras referentes ao Projeto de Integração do Rio São Francisco;
- Implementação de Planos de Recuperação de Área Degradada pela atividade de Extração Mineral.

ASSENTAMENTOS RURAIS

Reforma agrária é assunto
De uso territorial
Por isso exige licença
Pra assentamento rural
Sempre com gerenciamento
E com acompanhamento
Da Agência Ambiental

Neste ano em questão
Houve muito o que fazer
O número de licenças
Cresceu como só o quê
Foi de quatro vezes mais
Do que quatro anos atrás
Cumprimento do dever

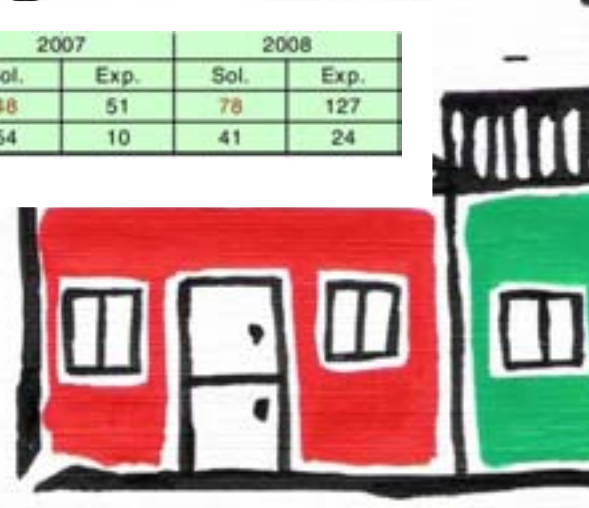
Como passo importante no cumprimento das atenções do Governo voltadas para as comunidades de assentamentos, a CPRH passou a monitorar diretamente as ações sob a sua responsabilidade, adotando mecanismos que conferiram agilidade ao processo de licenciamento.

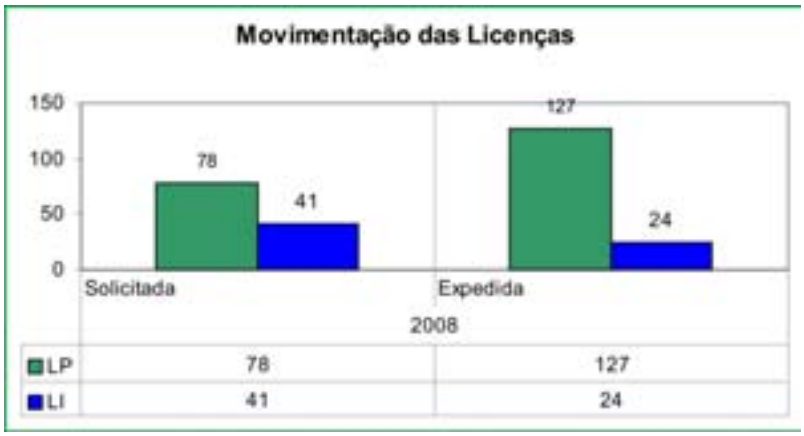
O resultado das ações promovidas pela CPRH e pelos órgãos executores dos projetos de reforma agrária é destacado pelo número de protocolos requeridos para licenciamento ambiental, bem como a proporção de licenças expedidas nos exercícios de 2002-2006, 2007 e 2008, conforme tabela abaixo.

Processo	Total		2002 - 2006		2007		2008	
	Sol.[3]	Exp.[4]	Sol.	Exp.	Sol.	Exp.	Sol.	Exp.
LP[1]	296	231	170	53	48	51	78	127
LI[2]	131	40	36	6	54	10	41	24

* 1 - Licença Prévia; 2 – Licença de Instalação; 3 – Solicitadas; 4 - Expedidas.

No ano de 2008, 120 (cento e vinte) requerimentos de licença ambiental foram protocolados e, no mesmo período, 152 (cento e cinqüenta e duas) licenças foram expedidas, entre Licenças Prévias, Licenças de Instalação e Autorizações.





No quadro geral dos processos tramitados, 428 (quatrocentos e vinte e oito) requerimentos foram protocolados na CPRH, dos quais 8 (oito) se encontram em análise em diversos setores da Agência, 145 (cento e quarenta e cinco) aguardam apresentação de documentos por parte dos órgãos executores e 272 (duzentos e setenta e dois) requerimentos foram deferidos.

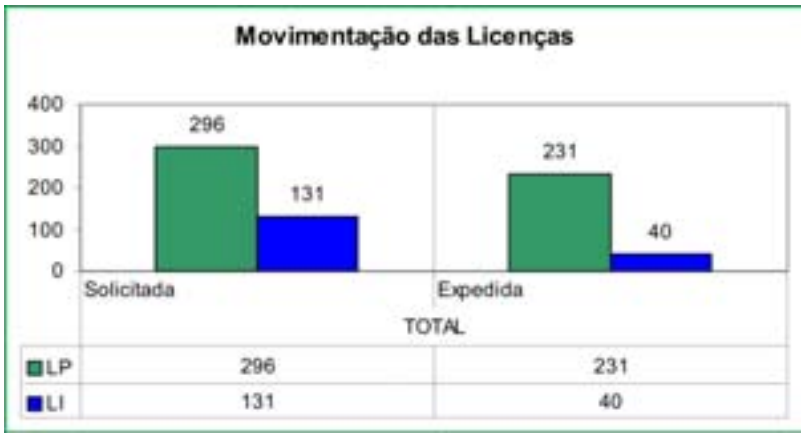
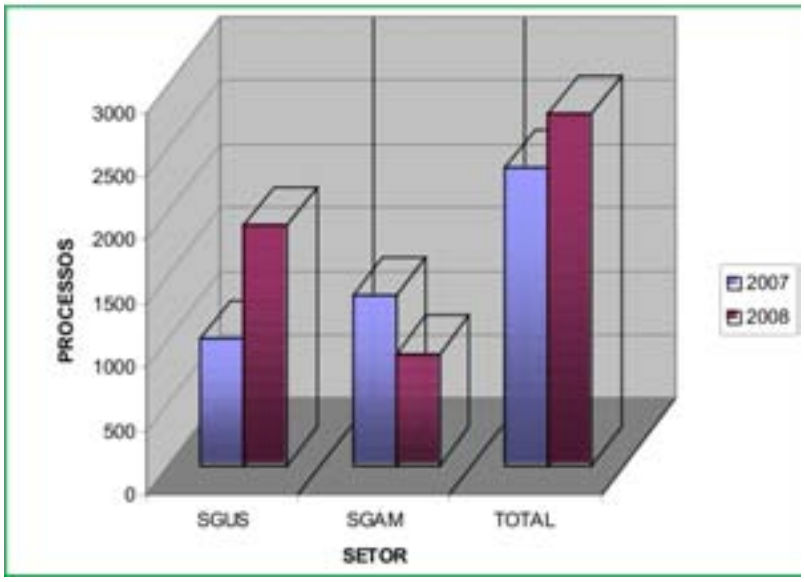


Gráfico Comparativo dos processos analisados em 2007 e 2008



DIREITO AMBIENTAL

O Jurídico da Agência
Atua em todo momento:
Nos convênios, pareceres
Processos de julgamento
Lavratura e emissão
De autos de infração
Base pro licenciamento

Pois sendo missão da Agência
A proteção ambiental
É preciso haver rigor
Em toda questão legal
Vendo com seriedade
Desde a elaboração
À aplicação final

A Coordenadoria Jurídica da CPRH tem por competência prestar assessoria à Presidência e aos demais setores da Agência sobre questões de natureza jurídica, objetivando a aplicação e a interpretação de dispositivos legais; planejar e coordenar às atividades relacionadas à emissão de licenças ambientais e aos processos de julgamento, lavratura e emissão de autos de infração, além de examinar, elaborar e aprovar minutas e atos normativos, contratos, convênios, pareceres, cotas e outros instrumentos reguladores das atividades e obrigações inerentes à Agência.

TERMOS DE COMPROMISSO	94
CONTRATOS	44
CONVÊNIOS	06
PARECERES	43
COTAS	121

Informações à Procuradoria Geral do Estado

Foram feitos 20 (vinte) ofícios à PGE com a finalidade de prestar informações referentes aos processos judiciais para subsidiar a Procuradoria do Estado e 01(uma) Cota.

Participação em Comissões, Câmaras e Grupos de Trabalho

- Aplicação da Lei nº 13.361/07 – Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- Análise do EIA-RIMA do projeto de implantação do incinerador no município de Moreno;
- Processo de planejamento do Concurso Público para provimento de Cargo Público da CPRH – Portaria nº 023/08;
- Compilação da legislação ambiental no Estado de Pernambuco, coordenado pela Comissão de Meio Ambiente da ALEPE;
- Avaliação do EIA/RIMA da PE – 009 e PE – 051;
- Análise do Código Estadual Meio Ambiente;
- Revisão da Lei de Licenciamento 12.916/05 e estudo para revisão da Lei n 13.361/07;
- Código Meio Ambiente / SECTMA;
- Participação na Reunião da Câmara de Compensação Ambiental;
- Grupo de Trabalho do SEUC;
- Comparecimento às Delegacias de Repressão ao Estelionato e Repressão aos Crimes Contra a Administração e Serviço Público da Capital, em 30/09/2008, onde foram entregues os documentos originais solicitados pelos respectivos Delegados;
- Acompanhamento de testemunhas, servidora da CPRH, na 11ª Vara Criminal da Comarca do Recife.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Previsto em legislação
O licenciamento é
Instrumento efetivo
Para aquele que quiser
Sua empresa instituída
Ou a casa construída
Da melhor forma que houver

Se estiver tudo certinho
A licença é entregue
Escritura, formulário
E o documento concede
Quando se vê tudo feito
Com o ambiente perfeito
Vê que o cuidado procede

O licenciamento de atividades potencialmente poluidoras é um instrumento efetivo previsto na legislação ambiental brasileira, cabendo ao Estado a sua aplicação. O objetivo é a prevenção da degradação ambiental e o controle preventivo da poluição em seus componentes ambientais hídricos, do solo, atmosféricos e sonoros.

No ano de 2008, a CPRH emitiu 5.866 licenças, conforme informações abaixo.

Tipos de Licença	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Autorização	26	21	30	21	25	26	30	24	21	13	33
Licença Prévia	19	26	44	10	69	43	37	25	24	17	23
Licença de Instalação	112	89	99	120	124	104	136	107	102	85	111
Licença de Operação	226	302	220	293	266	175	250	170	197	198	180
Modificação de projetos	3	7	0	5	3	4	6	3	8	11	3
Renovação de LI	10	4	4	1	2	6	5	10	3	0	4
Renovação de LO	114	145	173	201	185	95	163	82	120	88	85
Total de Licenciamentos	510	594	570	651	674	453	627	421	475	412	439

Período de 02/01/2008 a 30/11/2008

RELATÓRIO GERENCIAL CONTÁBIL

Todas as Autarquias Estaduais devem utilizar o Relatório Gerencial Contábil como ferramenta indispensável para planejamentos estratégicos, análise de desempenho e monitoramento dos resultados, para tomadas de decisões seguras, transparentes e eficazes em beneficio do desenvolvimento da unidade gestora.

O Relatório Gerencial Contábil apresentado é referente ao período de **janeiro a outubro de 2008**, comparando-se com o mesmo período de 2007.

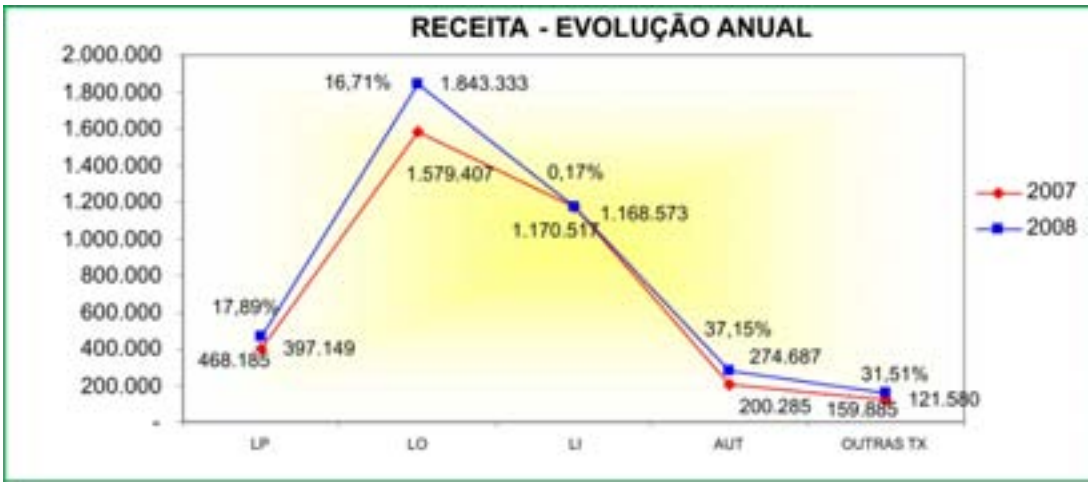


Tabela Comparativa – Receita corrente – Recurso Próprio

Conforme os resultados apresentados houve acréscimos em todas as Licenças ambientais e autorizações, tais como: Licença Prévia de 17,89%, Licença de Operação de 16,71%, Licença de Instalação de 0,17% e Autorização de 37,15%, totalizando parcialmente no valor de R$ 3.916.607,74, um desenvolvimento de R$ 449.614,38 (12,97%), em relação ao ano passado.

Somando com a Aplicação Financeira (9,53%), mais TFAPE e outros serviços, totalizou uma Receita geral de R$ 4.981.627,36, um crescimento de R$ 1.437.405,15, ou 40,56% comparado ao mesmo período de 2007.

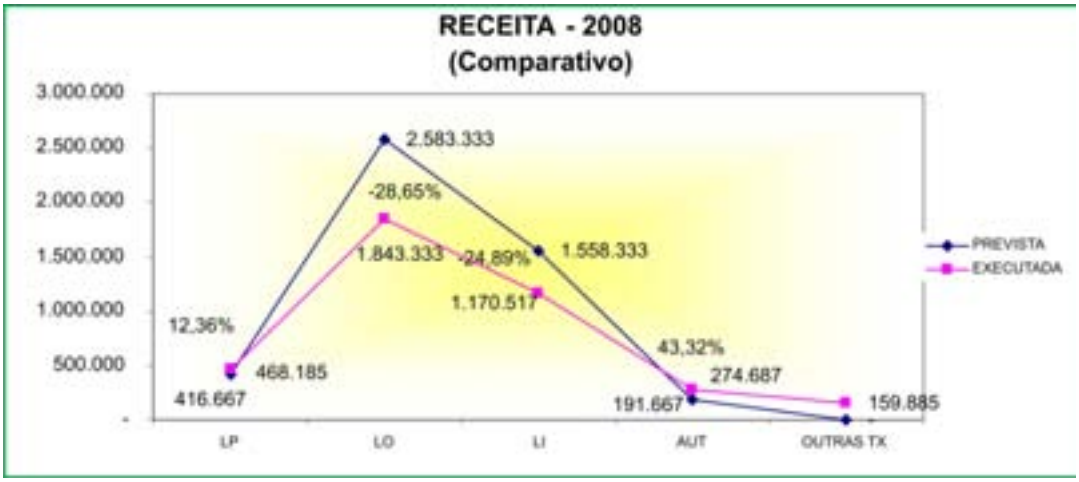
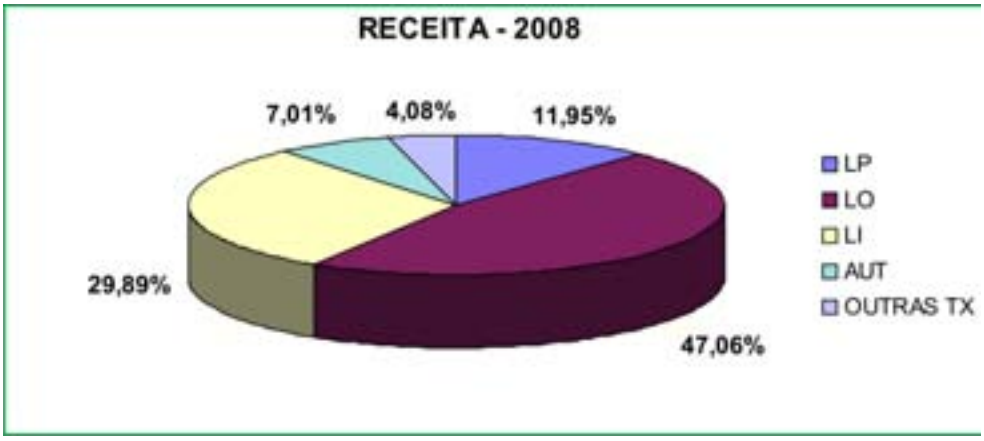
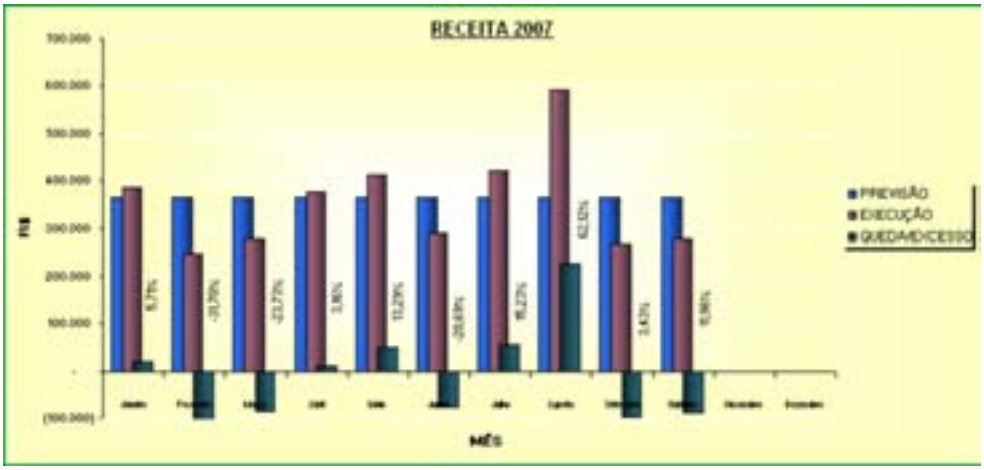


Gráfico comparativo - Receita corrente – Recurso Próprio

No comparativo Receita Prevista (LOA) com a Executada, o gráfico acima mostra que na Licença Prévia e a Autorização, a receita executada foi maior que a prevista, com respectivos percentuais de 12,36% e 43,32%. Já as Licenças de Operação e de Instalação apresentaram um decréscimo de 28,65% e 24,89%.

Em relação ao gráfico da distribuição da Receita Executada (abaixo), a receita que mais arrecadou até o momento foi a Licença de Operação, com 47,06%Em seguida, a Licença de Instalação, com 29,89% e, por último, a Licença Prévia, com 11,95% - isto até outubro de 2008.





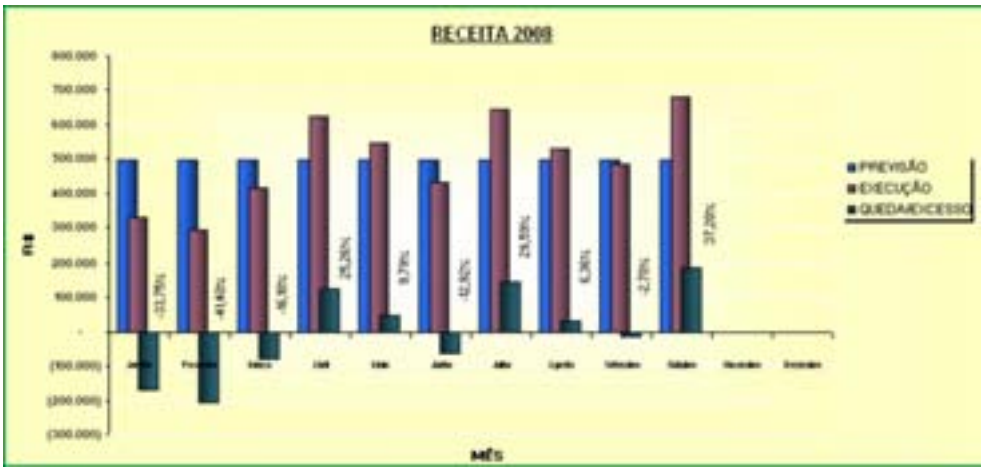
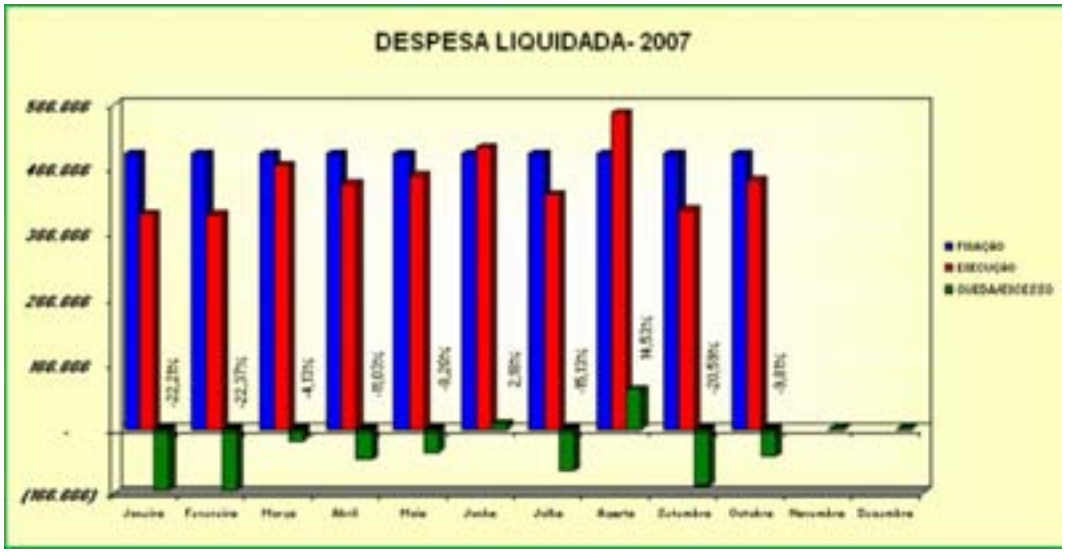


Gráfico comparativo – Receita

Os gráficos acima mostram que, comparando-se ao ano anterior, houve uma melhora na receita executada em relação à receita anual prevista. Em 2007, a receita prevista era de R$3.644.170,00 e a executada foi de R$3.544.222,00 – o que representou uma queda de R$99.948,00. Já em 2008, a prevista era de R$4.975.000,00 e a executada foi de R$4.981.627,00 - o que representou um aumento de arrecadação da ordem de R$6.627,00.



Quadro Despesas 2007 e 2008 – Despesa corrente liquidada

Em relação aos quadros das despesas liquidadas de 2007 e 2008, a despesa corrente realizada em 2008 situou-se nos R$ 3.592.936,54, o que representa um decréscimo de 6,23%, face igual período do ano passado. Já o grau da despesa de capital situou-se em R$ 18.296,25, com acréscimo de 961,10%, evidenciando mais investimentos em equipamentos e materiais. Somando a despesa corrente e capital, obteve-se um total de R$ 3.611.232,79 em 2008 e R$ 3.833.443,11 em 2007, diminuindo-se a despesa em 5,80%.

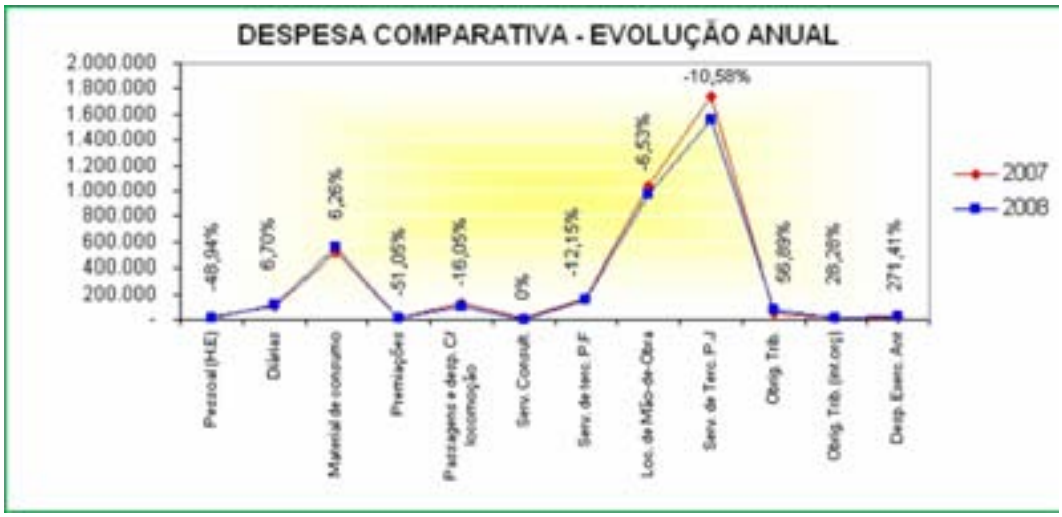


Gráfico Comparativo Geral

No gráfico comparativo da despesa corrente (2007 e 2008), as despesas realizadas que tiveram diminuição foram: Pessoal/horas-extras (48,94%), premiações (51,05%), passagens e locomoção (16,05%), serviços de terceiros pessoa física (12,15%), locação de mão-de-obra (6,53%) e serviços de terceiros pessoa jurídica (10,58%). Por outro lado, as que obtiveram acréscimo foram: diárias (6,70%), materiais de consumo (6,26%), obrigações tributárias e contributivas - ISS, IPTU, taxa de limpeza pública (56,89%), obrigações tributárias e contributivas intra-orçamentárias - taxas de licenciamentos (28,28%) e despesas de exercício anterior (271,41%).

O gráfico abaixo mostra, de forma geral, o saldo positivo alcançado pela Agência em 2008: R$ 1.370.395,00.

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Em 2008, foi implantada a PE Multidigital na sede da CPRH. O Sistema de Gestão Digital - GRP é um produto de informática de apoio à gestão administrativa que precisa ser implantado na APE (Administração Pública Estadual) e que é composto de vários módulos (subsistemas). Na CPRH, foram selecionados os módulos:

- Transportes
- Controle de gastos de energia elétrica
- Patrimônio
- Almoxarifado
- Recursos humanos

Manutenção e atualização do parque de informática.

Durante o ano de 2008, a CTIC, através de seu sistema de atendimento, contabilizou os seguintes chamados internos:

MANUTENÇÃO SEM REPOSIÇÃO DE PEÇAS: **1488** CHAMADOS
MANUTENÇÃO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS: **45** CHAMADOS
TOTAL DE CHAMADOS: **1533** CHAMADOS

Quanto à manutenção com reposição de peças, destacamos a atualização tecnológica de 15 estações de trabalho e 5 impressoras a laser.

Manutenção/suporte aos sistemas de informática

Durante o ano de 2008, foram realizadas **951** intervenções no atual SCP. Essas intervenções foram originadas por diversos motivos, dentre os principais foram alterações diversas em licenças já emitidas ocasionadas por erro de digitação e por pane no próprio SCP.

Foi firmado Termo de Cooperação Técnica com o estado da Paraíba, com anuência do MMA – Ministério do Meio Ambiente, para uso do sistema de licenciamento ambiental do MMA para modelagem e proposta de um novo sistema de licenciamento ambiental para a CPRH.

A CPRH avançou, no seu propósito de disponibilizar um novo Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental, com a elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada para a conversão / construção do Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental (Silia).

Manutenção da infra-estrutura de comunicação de dados

Foram realizadas várias intervenções / ampliações da atual rede de comunicação de dados; dentre as principais está a implantação do novo ambiente do protocolo da CPRH.

Houve também a implantação e substituição dos seguintes servidores / serviços:

· implantação novo Firewall (servidor de segurança);
· substituição do servidor de aplicação;
· substituição do servidor do portal da CPRH;
· implantação do servidor de desenvolvimento;
· implantação de Storage para armazenagem de dados de 1 tera byte.

Outras ações:

Em 2008 foram implantados os seguintes sistemas no portal:

· TFAPE – Taxa de Controle Ambiental;
· Consulta Processos,
· Consulta Licenças Emitidas.

Aguardando data para implantação:

· CNDA: Certidão Negativa de Débito Ambiental

Foi ainda elaborado um projeto de informática, visando firmar convênio para repasse de recursos da Petrobras.

Atualização do Portal da CPRH

Em julho de 2008, a CPRH contratou uma empresa para fazer a revisão e a atualização do Portal, que trazia, no seu conteúdo, à época, números de telefones antigos, nomes de pessoas que já não eram mais responsáveis por setores e projetos da Agência, funcionários afastados, links indisponíveis, tabelas desatualizadas, etc. A seção Pesquise e Preserve, por exemplo, muito procurada por estudantes para produção de trabalhos escolares, tinha destaque no layout da página principal, mas não apresentava conteúdo algum: os textos foram perdidos por problemas no gerenciador do Portal.

O levantamento de informações se deu junto aos diversos setores que compõem a Agência, tanto para atualização dos dados quanto para inclusão de novos conteúdos. Alguns assuntos, antes não contemplados no Portal, foram sugeridos pelo NCS, ao que se fez necessária uma pesquisa na Internet para obtenção de informações. Uma revisão ortográfica também foi realizada nos textos apresentados no Portal.

Assuntos urgentes receberam imediata correção, como mudanças nas denominações das Diretorias, inserção de leis recém-aprovadas sobre o meio-ambiente e divulgação de projetos e do concurso público. Junte-se a isso a pontualidade das matérias jornalísticas sobre as ações da CPRH, informações sobre balneabilidade e divulgação e cobertura das audiências públicas.

As pequenas alterações já realizadas são apenas partes da implantação do novo Portal, que contempla conteúdos inéditos e ainda um layout diferente, objeto de estudo da Coordenadoria de Tecnologia e Informação (CTIC).

Os estudos para a atualização do Portal e a correção dos dados já foram. O menu Legislação, por exemplo, recebeu inserções de leis, decretos e instruções normativas; o menu Educação Ambiental recebeu informações sobre destinação final de resíduos como óleo de cozinha, lâmpadas, pilhas e baterias usadas; o menu Imprensa ganhou uma galeria de fotos sobre as últimas notícias envolvendo a CPRH, como audiências públicas, vistorias e palestras.

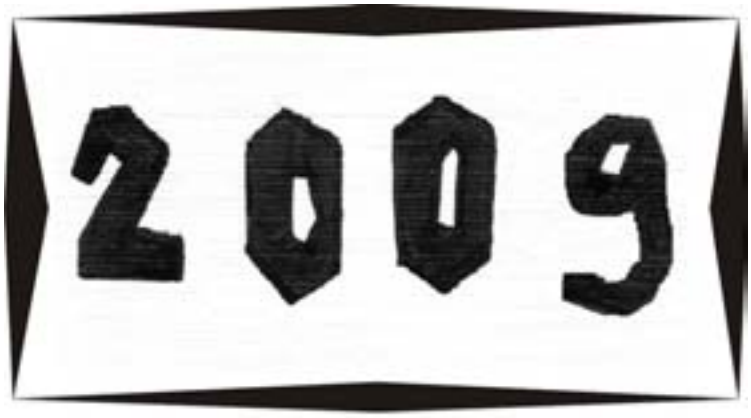
Pensando em promover uma maior interação do usuário com nosso Portal, uma seção foi criada para incluir fotos, ações e projetos, individuais ou institucionais, dando-lhes visibilidade na rede. Também consta do novo formato do Portal a ativação do Newsletter e um clipping com as matérias sobre o meio ambiente publicadas nos jornais de Pernambuco, tal qual o enviado por e-mail aos funcionários da CPRH.

PERSPECTIVAS PARA 2009

PERSPECTIVAS PARA 2009

Ano Novo, vida nova
Há muito que se fazer
Mais UIGAs chegarão
Ao interior pra atender
À demanda ambiental
Do Estado por igual
E a gestão fortalecer

Após as contratações
Iremos implementar
Novo sistema que mede
A qualidade do ar
Tem reforço em Petrolina
E a Agência já se anima
Pro futuro que virá



Rede Integrada de Monitoramento da Qualidade do Ar para o Estado de Pernambuco

Através do convênio de doação de recursos financeiros CPRH/Petrobras/Empresa Suape, está em fase de desenvolvimento o Projeto Rede Integrada de Monitoramento da Qualidade do Ar para o Estado de Pernambuco. O Projeto prevê a doação de recursos financeiros na ordem de R$ 4.500.000,00 para instalação de uma rede de monitoramento fixa e outra móvel, inicialmente para o Complexo Industrial Portuário de Suape e Municípios circunvizinhos. A previsão para instalação da Rede é para janeiro de 2009, com prazo de conclusão até setembro do mesmo ano.

A partir deste projeto piloto, a CPRH deverá expandir esta Rede, incluindo novas fontes de monitoramento, a exemplo da água, das florestas e do solo.

A CPRH mantém estações fixas de monitoramento da qualidade do ar, utilizando equipamentos como o Hi-Vol, principalmente na capital Recife, em trechos de grande circulação de veículos, a exemplo da Avenida Conde de Boa Vista, Centro do Recife, no bairro de Santo Antônio e no bairro da Encruzilhada.

Desenvolvimento de novo Sistema de Licenciamento e Monitoramento Ambiental

Encontra-se em fase de desenvolvimento o Sistema Informatizado de Licenciamento e Monitoramento Ambiental (**Silia**), concebido com recursos financeiros doados pela Petrobras/RNEST. Com previsão de passar a funcionar a partir de janeiro 2009, o **Silia**, nessa fase inicial, trabalhará com informações sobre a qualidade do ar. Em seguida, serão adicionadas informações sobre água e solo. A proposição é de que até outubro de 2009, todas as ações previstas para o **Silia** estejam concluídas.

Atuação no Pólo de Fruticultura

Através da atuação, principalmente da Unidade Integrada de Gestão Ambiental (UIGA) de Petrolina, a CPRH tem conseguido manter um equilíbrio no controle ambiental desta atividade. Com o fortalecimento da UIGA Petrolina no próximo ano, quando da contratação do efetivo classificado no concurso público, pretende-se desenvolver ações mais sistemáticas, tanto de controle, quanto de gestão junto ao segmento industrial.

Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS

Com a contratação dos aprovados no concurso público, está prevista a instalação de um escritório da CPRH, para atender as demandas de controle e gestão ambiental do CIPS. Este escritório está previsto para ser construído até setembro de 2009, com recursos financeiros da compensação ambiental da Termo-PE, como uma das ações de fortalecimento do controle ambiental na Zona de Preservação Ambiental do CIPS.

Monitoramento da qualidade do ar em pólos industriais do estado

Através de convênio firmado entre a CPRH e a Faculdade Maurício de Nassau, instituição de ensino superior, será realizado, a partir de 2009, o projeto de monitoramento da qualidade do ar no corredor de veículos do bairro do Derby, onde está instalada a Faculdade.

DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE

O projeto conceitual da nova sede está sendo elaborado pelo arquiteto Roberto Montezuma. Concebido metaforicamente como uma árvore, o prédio será construído em colunas, de forma que projetará uma grande sombra onde serão disponibilizados serviços públicos.

A construção da nova sede obedecerá aos princípios de sustentabilidade com utilização de materiais recicláveis, amplo espaço para vegetação, o que permitirá ventilação e a redução do consumo de energia.

Parcerias estão sendo firmadas com empresas públicas e privadas que desejam participar da construção desse prédio que será um paradigma de prédio público sustentável.

GOVERNO DE
Pernambuco
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

CPRH
Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos